

RESULTADO DOS RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA

NÍVEL: ALFABETIZADO

CARGO: OPERÁRIO

QUESTÃO Nº 05

CANDIDATOS: Eduardo Henrique Alves Peixoto; Jôzni Vítor Fonseca

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O candidato se equivoca, pois o conteúdo da questão está previsto no Edital, Anexo III: sinônimos e antônimos. A questão 05 solicita que identifique na passagem transcrita do texto – “...ela estava tão encantada pela própria beleza que nem se importava com aquela figura horrenda.” – que ideia, fundamentalmente, as expressões grifadas transmitem. Como se constata, a expressão “própria beleza” contrasta com a expressão “figura horrenda”, e ambas veiculam ideias opostas, antagônicas, divergentes. São, portanto, antônimas. Pelo exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 05

CANDIDATO: Marcos Antônio Silva Batista

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O texto é um conto popular inglês que trata da necessidade de se enxergar além das aparências e não julgar nem humilhar os outros, porque nunca se sabe quando a ajuda deles pode ser essencial para a sobrevivência mútua. Assim age a rosa no início da narrativa, ao depreciar o cacto por sua aparência feia, segundo ela. Por outro lado, o cacto mostra a importância de saber perdoar: mesmo quando atacado por ela, no lugar de revidar ele a acolhe e sacia a sua sede. No lugar de pagar com a mesma moeda, ele cede e faz da rosa uma amiga, uma aliada. Estando com sede e, também, envergonhada, ela solicita um pouco de água. Essa atitude demonstra que precisou deixar o orgulho de lado diante da situação inesperada que viveu, mudando, portanto, de comportamento ao final da história. Assim posto, equivoca-se o candidato a argumentar que se transmite uma ideia de comparação. Para que tal acontecesse, seria necessária a presença da conjunção comparativa. Esta inicia uma oração que encerra o um confronto: que, do que (depois de mais, menos, maior, menor, melhor e pior), qual (depois de tal), quanto (depois de tanto), como, assim como, bem como, como se, que nem, entre outras. Esse confronto não se verifica no texto. Expõem-se as características de cada personagem, sem analogias. Pelo exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 05

CANDIDATO: Wendell Costa Leão

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O candidato se equivoca ao afirmar que “existe (sic) 2 respostas e a pergunta está muito vaga, mau (sic) elaborado (sic)”. O enunciado da questão é bem claro e objetivo: deseja-se saber que ideia transmitem, fundamentalmente, as expressões grifadas na frase “...ela estava tão encantada pela própria beleza que nem se importava com aquela figura horrenda”. A expressão “própria beleza” (diz respeito à rosa) contrasta com a expressão “figura horrenda” (relativa ao cacto), e ambas transmitem, portanto, ideias opostas, contrárias, antagônicas, divergentes e dizem respeito a cada personagem, particular e especificamente.

QUESTÃO Nº 06

CANDIDATO: Helder Aparecido de Sousa

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Bechara (2011, p. 315), no seu dicionário, assim define os seguintes verbetes: “ave”: “(a.ve) **sf.** Zool. (substantivo feminino); “arara”: (a.ra.ra.) **sf.** Bras. Zool. (substantivo feminino). Assim posto, e com base na orientação do referido gramático, a alternativa é verdadeira. “Colecionadores” está flexionado no masculino plural e “aves” e “araras” estão flexionadas no feminino plural, como se afirma no último item da questão. Os conteúdos do programa da prova eram: “Nomes (substantivos) e adjetivos: conceito, emprego, flexão (masculino - feminino / singular – plural / aumentativo - diminutivo). Observou-se, pois, com fidelidade o conteúdo programático publicado no Edital do concurso.

Referência: BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

QUESTÃO Nº 06

CANDIDATO: João Marcelo da Silva Carneiro

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Bechara (2011, p. 315), no seu dicionário, assim define os seguintes verbetes: “ave”: “(a.ve) **sf.** Zool. (substantivo feminino); “arara”: (a.ra.ra.) **sf.** Bras. Zool. (substantivo feminino). Assim posto, e com base na orientação do referido gramático, a alternativa é verdadeira. “Colecionadores” está flexionado no masculino plural e “aves” e “araras” estão flexionadas no feminino plural, como se afirma no último item da questão. Os conteúdos do programa da prova eram: “Nomes (substantivos) e adjetivos: conceito, emprego, flexão (masculino - feminino / singular – plural / aumentativo - diminutivo). Observou-se, pois, com fidelidade o conteúdo programático publicado no Edital do concurso.

Referência: BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

QUESTÃO Nº 08

CANDIDATO: Alceu de Almeida Souza; Izaias Chaves de Oliveira; José Luiz da Silva Filho; Luis Eduardo Sousa Alves

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: No anúncio publicitário observa-se o “diálogo” entre o personagem “ogro” e o novo contexto em que ele aparece, no caso, o texto publicitário. Nesse processo intertextual, criou-se um novo texto, distante do texto-fonte, o conto maravilhoso. Assim, retomando características do personagem tradicional, ele ressurgiu em novo contexto e merece do leitor também um novo olhar, uma nova leitura. No anúncio publicitário o nome “Chuchurek” está escrito com a mesma fonte em que o nome do filme aparece em sua divulgação, inclusive com as orelhas daquela figura mítica acopladas na letra inicial do título. Ao fundo da imagem, há o desenho de um castelo, que remete à fortificação mostrada no filme. Ainda, os dizeres comuns no filme “tão, tão distante” também estão presentes nessa peça publicitária para promover o chuchu, legume comercializado pela Hortifruti. Portanto, era esse novo texto que o candidato deveria analisar, não o do filme ou o do livro. Esse é o propósito da peça publicitária: persuadir o leitor, chamar sua atenção para a marca Hortifruti e um de seus produtos. Novo equívoco se comete na leitura do item II da questão. Afirma-se que “um legume ganha a condição de herói”, não a criatura mitológica Shrek. Ao contrário do que se verifica na formulação do recurso, a alternativa não traz a afirmação de que o ogro é o protagonista, o herói dessa “história”, mas, sim, o chuchu (cujo nome se aproxima, sonoramente da denominação do referido personagem. Pelo exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 09

CANDIDATO: Wendell Costa Leão

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão é de nível fácil e projeta no enunciado as informações necessárias para se assinalar a resposta certa: “O texto da tirinha faz uma referência ao conto de fada “Os três porquinhos”, porém recriando a história por meio de uma releitura”. Como se vê, o texto-fonte para a resposta certa já aparece nomeado. Significada que a informação dada já facilita o caminho para a resposta certa. Se foi criado um sentido novo (como também está claro no enunciado), inclusive com o acréscimo de um quarto personagem, o porquinho filósofo, que só faz “construções mentais”, torna-se dedução lógica para o candidato perceber que se trata de uma releitura atualizada, contemporânea.

QUESTÕES Nº 20

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: Questões 19 e 20 iguais.

CARGO: SERVENTE I

QUESTÃO Nº 02

CANDIDATO: Magda Rufina da Silva Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Há um equívoco, por parte do candidato, na interpretação do texto da questão 2. Ele não “fala sobre vagalume (sic), que possui abtos noturno (sic) e acende sua luz durante a noite”. O objetivo da questão não é abordar as características científicas e biológicas do referido inseto. Trata-se de uma questão de Língua Portuguesa e de interpretação textual. No miniconto há o relato de que tanto ele quanto a “vagaluma” conversam “depois do pôr do sol”, momento em que este se oculta no horizonte. Sendo o início da noite, ela lhe pede para apagar e luz e vir dormir. Consequentemente, eles se encontram quando a noite principia. Portanto, constituirá leitura inadequada considerar que esse momento se dá durante a tarde, de madrugada ou quando amanhece, como apontado nas demais alternativas. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 04

CANDIDATO: Silvania Aparecida Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A palavra em destaque na frase “Seu rosto está risonho” se refere ao substantivo “rosto”, indicando-lhe um atributo, uma característica: “risonho”. O candidato argumenta ser essa a resposta correta, exatamente a apontada no gabarito. Logo, não deixa claro o que deseja contestar. Recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 07

CANDIDATO: Hugo Antunes Pedroso; Patrícia Marçal da Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Ordem alfabética é um método de organização na qual as palavras (frases ou nomes) são colocados em ordem de acordo com a ordem que as letras aparecem no alfabeto. Deve-se observá-la por meio da primeira letra. Quando as palavras começarem com a mesma letra, usa-se a ordem alfabética através da segunda letra. De acordo com o enunciado da questão, a lista de alimentos da nutricionista, na ordem alfabética correta, é: cará / cebola / chuchu / couve. Conforme se demonstrou e considerando-se as primeiras letras da sílaba inicial de cada palavra da lista, tem-se: CA/CE/CH/CO. Diante do exposto, o candidato se equivoca ao contestar a resposta correta, pois não é possível aceitar a alternativa “c” como certa (cará / cebola / couve / chuchu), porque, nesse caso, a ordem alfabética não foi obedecida. Recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 18

CANDIDATO: Angélica Aparecida Moura Candido

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O conteúdo cobrado na referida questão foi: “Números naturais e números inteiros: adição em problemas envolvendo situações da vida prática”.

A questão não cobra conhecimento de medida de tempo, ou seja, não solicita transformação de segundos, minutos e horas.

Para resolver corretamente a questão o(a) candidato(a) deveria realizar a adição de 5 em 5 minutos e obter: 20 minutos no 1º dia; 25 minutos no 2º dia; 30 minutos no 3º dia; 35 minutos no 4º dia; 40 minutos no 5º dia; 45 minutos no 6º dia e finalmente a resposta esperada 50 minutos no 7º dia.

Alternativa: B

QUESTÃO Nº 17

RECURSO: **DEFERIDO – ALTERAR GABARITO DE C PARA A**

JUSTIFICATIVA: Erro de digitação no Gabarito Provisório

QUESTÃO Nº 19

RECURSO: **DEFERIDO – ALTERAR GABARITO DE A PARA C**

JUSTIFICATIVA: Erro de digitação no Gabarito Provisório

NÍVEL: PRIMÁRIO COMPLETO

CARGO: ELETRICISTA

QUESTÃO Nº 01

CANDIDATO: Wallace Carlos Marinho de Moura Marins

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: Depreende-se do texto da história em quadrinhos que a cena se passa dentro da casa de Anésia. Ela aparece sentada em uma cadeira, acompanhada da filha, e entre elas há um breve diálogo. O ambiente está decorado com um jarro de flores. A porta do local onde ambas se encontram permanece fechada. A onomatopeia (“Toc, toc, toc”) indica a chegada de alguém, no caso a vizinha. Espera-se do candidato essa interpretação do texto, conteúdo que, diferentemente do que argumenta, está previsto no Anexo II, Programa das Provas, página 25 do Edital, sob o título: “Interpretação de Textos”. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 03

CANDIDATO: Clemente Rodrigues Sobrinho

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: No trecho “Seu passarinho apareceu lá em casa”, a vizinha de Anésia se refere à ave de estimação de Anésia de forma delicada, carinhosa, meiga. Isso se justifica porque ela o colocou no ombro demonstrando doçura, afeto e ternura em relação à ave. Não se evidencia um sentimento de preocupação com o bichinho, mas uma desculpa para que possa se encontrar com a amiga. Tanto assim é que Anésia abre a porta da gaiola propositalmente para ele fugir e porque sabe que ele irá pousar na casa da vizinha e, logicamente, ela virá trazê-lo de volta. Logo, alguém quer fazer companhia para Anésia, sim, mesmo que isso deixe incrédula sua filha. Não é necessário conhecer a personagem Anésia para se fazer uma leitura de sua personalidade. Ela parece ranzinza, fala pouco e apenas o que lhe convém, não tem meias palavras, como, por exemplo, na pergunta direta que faz à vizinha, sugerindo, inclusive, dispensá-la para não dar prosseguimento à conversação: “Quer mais alguma coisa?”. A testa franzida das personagens, do primeiro ao último quadrinho, indica que ambas são senhoras de idade e, não, que alguma preocupação as incomoda. A alegação de “olhos arregalados” da vizinha não procede, porque este é um componente artístico do quadrinista (representar os olhos com pontos) e se faz presente em todas as personagens até o penúltimo quadrinho. A exceção surge no último, pois há felicidade no rosto da vizinha não só por devolver o passarinho, como por desfrutar da companhia de Anésia. Embora o diminutivo “passarinho” seja um registro mais usual da fala, no contexto em que foi empregado a conotação é outra. A ave é pretexto para que a vizinha passe alguns momentos com Anésia. É como se ela estivesse fazendo-lhe um favor (devolvendo a ave) que “exigisse” uma compensação. Por isso o uso do diminutivo indica que a vizinha trata a ave com delicadeza, para ser aceita como companhia. Diante exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 03

CANDIDATO: Davi Ávila; Saulo Joaquim Ferreira; Wallace Carlos Marinho de Moura Marins; Wualyson Gomes Caiafa

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: No trecho “Seu passarinho apareceu lá em casa”, a vizinha de Anésia se refere à ave de estimação de Anésia de forma delicada, carinhosa, meiga. Isso se justifica porque ela o colocou no ombro demonstrando doçura, afeto e ternura em relação à ave. Não se evidencia um sentimento de preocupação com o bichinho, mas uma desculpa para que possa se encontrar com a amiga. Tanto assim é que Anésia abre a porta da gaiola propositalmente para ele fugir, por saber que ele pousará na casa da vizinha e porque, logicamente, ela o trará de volta. Logo, alguém quer fazer companhia para Anésia, sim, mesmo que isso deixe incrédula sua filha. Não é necessário conhecer a personagem Anésia para se fazer uma leitura de sua personalidade. Ela parece ranzinza, fala pouco e apenas o que lhe convém, não tem meias palavras, como, por exemplo, na pergunta direta que faz à vizinha, sugerindo, inclusive, dispensá-la para não dar prosseguimento à conversação: “Quer mais alguma coisa?”. A testa franzida das personagens, do primeiro ao último quadrinho, indica que ambas são senhoras de idade e, não, que alguma preocupação as incomoda. A alegação de “olhos arregalados” da vizinha não procede, porque este é um componente artístico do quadrinista (representar os olhos com pontos) e se faz presente em todas as personagens até o penúltimo quadrinho. A exceção surge no último, pois há felicidade no rosto da vizinha não só por devolver o passarinho, como por desfrutar da companhia de Anésia. Embora o diminutivo “passarinho” seja um registro mais usual da fala, no contexto em que foi empregado a conotação é outra. A ave é pretexto para que a vizinha passe alguns momentos com Anésia. É como se ela estivesse fazendo-lhe um favor (devolvendo a ave) que “exigisse” uma compensação. Por

isso o uso do diminutivo indica que a vizinha trata a ave com delicadeza (e, não, com preocupação), para ser aceita como companhia. Diante do exposto e conforme demonstrado, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 06

CANDIDATO: Diego Alves de Carvalho

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão 06 é de interpretação de texto e busca explorar o nível de compreensão do candidato acerca dos sentidos das palavras na frase, expressos por meio da linguagem. Assim posto, no contexto em que estão empregadas, a palavra “não” e a expressão “de propósito” indicam, respectivamente, as atitudes tomadas por Anésia: ao responder a indagação da filha, ela nega ter esquecido a gaiola aberta, e afirma tê-lo feito de maneira proposital, intencionalmente, por querer. As questões de prova objetiva para o nível primário completo do concurso observaram os modelos da formulação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) cujas habilidades de língua portuguesa estão associadas à competência de leitura e interpretação de textos. Foi justamente a habilidade de ler e de interpretar que se cobrou na questão. Portanto, não feriu o “princípio de vinculação”, conforme alegou o candidato, pois tal conteúdo – Interpretação de texto – está previsto no Programa de Provas, Anexo III do Edital. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 10

CANDIDATO: Davi Ávila; Paulo Frederico Sattelmayer; Saulo Joaquim Ferreira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Nos textos, as palavras adquirem sentidos de acordo com o contexto em que são empregadas. Não devem ser analisadas isoladamente. Assim posto, e diferentemente da argumentação apresentada, no segundo quadrinho, as palavras em sequência, usadas pela esposa de Hagar para se referir à nova pele de urso do marido a ser comprada na loja, indicam que a peça (única) precisava apresentar, **principalmente**, características especiais (e, não, modelagens variadas, formas diversificadas ou algumas definições): de preferência ser “marrom claro, extra larga, confortável, estilosa e razoavelmente barata”. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

CARGO: GUARDA

QUESTÃO Nº 03

CANDIDATO: Edméia Coelho Ferreira dos Santos Faria

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: No trecho “Seu **passarinho** apareceu lá em casa”, a vizinha de Anésia se refere à ave de estimação de Anésia de forma delicada, carinhosa, meiga. Isso se justifica porque ela o colocou no ombro demonstrando doçura, afeto e ternura em relação à ave. Não se evidencia um sentimento de preocupação que o bichinho, mas uma desculpa para que possa se encontrar com a amiga. Logo, alguém quer fazer companhia para Anésia, sim, mesmo que isso deixe incrédula sua filha. Não é necessário conhecer a personagem Anésia para se fazer uma leitura de sua personalidade. Ela é ranzinza, fala o que lhe convém, não tem meias palavras, como, por exemplo, na pergunta direta que faz à vizinha, sugerindo, inclusive, dispensá-la para não dar prosseguimento à conversação. A testa franzida das personagens, do primeiro ao último quadrinho, indica que ambas são senhoras de idade e, não, que alguma preocupação as incomoda. A alegação de “olhos arregalados” da vizinha não procede, porque este é um componente artístico do quadrinista (representar os olhos com pontos) e se faz presente em todas as personagens até o penúltimo quadrinho. A exceção surge no último, pois há felicidade no rosto da vizinha não só por devolver o passarinho, como por desfrutar da companhia de Anésia. Embora o diminutivo “passarinho” seja um registro mais usual da fala, no contexto em que foi empregado a conotação é outra. A ave é pretexto para que a vizinha passe alguns momentos com Anésia. É como se ele estivesse fazendo-lhe um favor que “exigisse” uma compensação. Pelo exposto, recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 10

CANDIDATO: Mara Aparecida de Almeida

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Nos textos, as palavras adquirem sentidos de acordo com o contexto em que são empregadas. Assim posto, e diferentemente da argumentação apresentada, no segundo quadrinho, as palavras em sequência, usadas pela esposa de Hagar para se referir à nova pele de urso do marido, indicam que a peça (única) precisa apresentar, principalmente, características especiais (e, não, modelagens variadas): de preferência ser “marrom claro, extra larga, ser confortável, estilosa e razoavelmente barata”. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

CARGO: MECÂNICO

QUESTÃO Nº 03

CANDIDATO: Júnior Rodrigues Fernandes

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: No trecho “Seu **passarinho** apareceu lá em casa”, a vizinha de Anésia se refere à ave de estimação de Anésia de forma delicada, carinhosa, meiga. Isso se justifica porque ela o colocou no ombro demonstrando doçura, afeto e ternura em relação à ave. Não se evidencia um sentimento de preocupação que o bichinho, mas uma desculpa para que possa se encontrar com a amiga. Logo, alguém quer fazer companhia para Anésia, sim, mesmo que isso deixe incrédula sua filha. Não é necessário conhecer a personagem Anésia para se fazer uma leitura de sua personalidade. Ela é ranzinza, fala o que lhe convém, não tem meias palavras, como, por exemplo, na pergunta direta que faz à vizinha, sugerindo, inclusive, dispensá-la para não dar prosseguimento à conversação. A testa franzida das personagens, do primeiro ao último quadrinho, indica que ambas são senhoras de idade e, não, que alguma preocupação as incomoda. A alegação de “olhos arregalados” da vizinha

não procede, porque este é um componente artístico do quadrinista (representar os olhos com pontos) e se faz presente em todas as personagens até o penúltimo quadrinho. A exceção surge no último, pois há felicidade no rosto da vizinha não só por devolver o passarinho, como por desfrutar da companhia de Anésia. Embora o diminutivo “passarinho” seja um registro mais usual da fala, no contexto em que foi empregado a conotação é outra. A ave é pretexto para que a vizinha passe alguns momentos com Anésia. É como se ele estivesse fazendo-lhe um favor que “exigisse” uma compensação. Pelo exposto, recurso indeferido.

CARGO: MOTORISTA

QUESTÃO Nº 10

CANDIDATO: Mário Sérgio de Mello Castaldi

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA. Nos textos, as palavras adquirem sentidos de acordo com o contexto em que são empregadas. Assim posto, e diferentemente da argumentação apresentada, no segundo quadrinho, as palavras em sequência, usadas pela esposa de Hagar para se referir à nova pele de urso do marido, indicam que a peça (única) precisa apresentar, principalmente, características especiais (e, não, modelagens variadas): de preferência ser “marrom claro, extra larga, ser confortável, estilosa e razoavelmente barata”. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 19

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: Devido ao conhecimento exigido para a resolução da questão ultrapassar o conteúdo programático disposto no Edital do Concurso, fica anulada a questão.

QUESTÃO Nº 20

CANDIDATO: José Francisco Pereira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão foi elaborada conforme item “Conhecimento sobre Sistema de Freios” do Conteúdo Programático, divulgado no Edital.

Fonte: <https://blog.nakata.com.br/sistema-de-freio-tudo-o-que-voce-precisa-saber-para-nao-correr-perigo/>

NÍVEL: FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES

QUESTÃO Nº 18

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O Sistema hidráulico de três pontos é o ponto disponível para acoplar implementos chamados de montados. Os três pontos de acoplamento são: a barra de elevação esquerda (1º ponto), a barra de elevação direita (2º ponto) e o braço superior de engate (3º ponto). O 2º e 3º pontos são moveis; já o 1º ponto é fixo, fazendo com que a ordem de acoplamento seja definida da seguinte forma: Primeiro faz-se o acoplamento no 1º ponto, depois se faz o acoplamento do 3º ponto e por último do 2º ponto, ficando definida a ordem 1-3-2. Atualmente, os tratores vêm sendo fabricados com o 1º ponto móvel, facilitando mais ainda o acoplamento do implemento a ser usado.

Após o acoplamento é necessário fazer o nivelamento do implemento. **O nivelamento transversal é feito através do 2º ponto, para tratores que apresentem o 1º ponto fixo. Nos tratores com 1º e 2º ponto móveis, esse ajuste pode ser feito em ambos os pontos.** O nivelamento longitudinal é feito através do 3º ponto.

O enunciado da questão não deixou claro se o nivelamento transversal referia-se a tratores que apresentam o 1º ponto fixo, ou tratores com 1º e 2º pontos móveis, pois o nivelamento é distinto para cada tipo de trator. Para aqueles de 1º ponto fixo, nivelamento é feito através do 2º ponto, e para os tratores com 1º e 2º pontos móveis, o nivelamento pode ser feito por ambos os pontos.

Sendo assim, questão anulada.

Fonte: <http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/12-15-18-disciplinainfraestruturaapostila.pdf>

QUESTÃO Nº 20

CANDIDATO: Juliano Sousa Xavier

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Na manutenção preventiva cada tarefa é executada em um tempo especificado de acordo com o fabricante do trator. Normalmente, os procedimentos adotados nesse tipo de manutenção seguem os seguintes intervalos: → Manutenção diária ou a cada 10 horas de trabalho; → Manutenção semanal ou a cada 50 horas de trabalho; → Manutenção mensal ou a cada 250 horas de trabalho; → Manutenção semestral ou a cada 500 horas de trabalho; → Manutenção anual ou a cada 1000 horas de trabalho.

Manutenção semanal ou a cada 50 horas de trabalho:

Entre os principais itens a serem verificados nesse tipo de manutenção, está: verificar o sistema de arrefecimento => **Verificar a tensão da correia do ventilador.** Esta deve possuir uma tensão que, ao ser pressionada com o dedo indicador, permita o deslocamento de, no máximo dois centímetros.

<https://xdocs.com.br/doc/caderno-50-manutencao-de-tratores-agricolas-j98713v2r9oz>

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

QUESTÃO Nº 17

CANDIDATO: Francieli Venâncio Medeiros

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: **Motor Ciclo Diesel 4 tempos** - Os motores do Ciclo Diesel realizam o ciclo em quatro cursos, o que implica em duas voltas (720°) na árvore de manivelas. Os quatro cursos são os seguintes:

Primeiro curso: admissão

O pistão se desloca do PMS para o PMI.

Neste curso ocorre a **admissão somente de ar no cilindro**.

Durante o processo, a válvula de admissão está aberta e a válvula de descarga está fechada.

O volume admitido é o volume de admissão ou cilindrada parcial do motor.

Nos motores Diesel o volume de ar aspirado é sempre o mesmo.

A variação da potência é obtida pela variação do volume de combustível injetado de acordo com a posição do acelerador.

Segundo curso: compressão

O pistão se desloca do PMI para o PMS.

Neste curso ocorre a compressão do ar.

As válvulas de admissão e descarga estão fechadas. A compressão do ar na câmara de combustão produz elevação da temperatura.

No fim da compressão para a relação volumétrica de 18:1, a pressão é de 40-45 kgf.cm² e a temperatura é de aproximadamente 800 °C.

Da mesma maneira, o combustível é dosado e injetado na câmara de combustão.

A medida exata do combustível e o momento da injeção são fatores muito importantes para o bom funcionamento dos motores Diesel.

A injeção do combustível na câmara de combustão é feita pelo bico injetor. Imediatamente após a injeção, o combustível se inflama devido ao contato do combustível com o ar aquecido, iniciando-se a combustão.

Terceiro curso: expansão

O pistão se desloca do PMS para o PMI.

Neste curso ocorre a combustão da mistura ar/ combustível.

As válvulas de admissão e descarga estão fechadas. À medida que o processo de injeção está ocorrendo, o combustível vai se inflamando, aumentando a temperatura dos gases que tendem a se dilatar cada vez mais.

Durante a expansão, o pistão é acionado pela força de expansão dos gases, transformando a energia térmica em mecânica.

A força vinda da expansão dos gases é transmitida para a árvore de manivelas através da biela, promovendo assim, o movimento de rotação do motor. A expansão é o único curso que transforma energia.

Parte da energia transformada é armazenada na árvore de manivelas e no volante do motor, que será transmitida e consumida pelas rodas para movimentar o veículo.

Quarto curso: descarga

O pistão se desloca do PMI para o PMS.

Neste curso ocorre a descarga dos resíduos da combustão.

A válvula de admissão está fechada e a de descarga está aberta. O movimento ascendente do pistão expulsa do cilindro os resíduos da combustão através da válvula de descarga.

Conforme visto acima, fonte abaixo, pode-se constar:

- No primeiro Ciclo, o volume admitido é o volume de admissão ou cilindrada parcial do motor.
- No segundo Ciclo, as válvulas de admissão e descarga estão fechadas, e ocorre a compressão do ar na câmara de combustão, o que produz elevação da temperatura.
- **O combustível é dosado e injetado na câmara de combustão no segundo Ciclo e não no terceiro Ciclo.**
- No quarto Ciclo, o movimento ascendente do pistão expulsa do cilindro os resíduos da combustão através da válvula de descarga.

Fonte: <https://blog.simplusbr.com/motor-ciclo-diesel/>

NÍVEL: FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS SANITÁRIO EPIDEMIOLÓGICO

QUESTÃO Nº 06

CANDIDATO: Talles Amorim de Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Nos textos, as palavras adquirem sentidos de acordo com o contexto em que são empregadas (tendo em vista o referido parágrafo, não os demais); portanto, não podem ser interpretadas isoladamente. Assim posto, e diferentemente da argumentação apresentada, no trecho "A nossa comida tem uma identidade e um dono: a dona Maria, que faz sua receita de quatro gerações e cozinha em seu cantinho, assim como sua mãe e sua avó faziam", afirma a chef Esperança. "**Essas características** a diferenciam", sintetiza.". A expressão destacada se refere às qualidades identitárias de dona Maria (ou seja, tais aspectos se referem ao fato de ela passar suas receitas de geração a geração na

sua família). O uso do pronome demonstrativo “essas” reforça a referência, ao associar tais características à figura de Dona Maria: “A nossa comida tem uma identidade e um dono: a dona Maria”. A mencionada identidade diz respeito às “quatro gerações” que ela preserva, pois seu trabalho é fruto de um aprendizado que veio por intermédio da avó e da mãe e que ela conserva, cozinhando “em seu cantinho”. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 19

CANDIDATO: Leandro Fonseca Monteiro

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Na questão supracitada o candidato alega que “a alternativa correta é a letra (A)”, sugerindo que a assertiva (IV), caracterização da estrutura de risco de animais produzirem o mesmo efeito em seres humanos está correta. Ao analisarmos a questão verificamos que, de acordo com o enunciado o candidato deverá identificar as etapas correspondentes da avaliação dos riscos químicos, que são respectivamente, a identificação dos perigos e das pessoas em risco, avaliação da relação dose-resposta, apreciação dos riscos existentes, decisão e aplicação de medidas preventivas e acompanhamento e revisão. A alternativa que responde corretamente a questão é a letra (B) portanto, o recurso é indeferido.

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

QUESTÃO Nº 02

CANDIDATO: Fernanda Marchetti Faleiros

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O objetivo da questão é o de verificar qual alternativa contém uma afirmação que não se aplica ao texto. Assim, no trecho “A proposta é [...] é desbravar as Gerais e mostrar seu povo por meio da culinária...”, a expressão grifada, no contexto em que foi empregada, significa que o programa “Sabor & afeto” tem como objetivos fundamentais propagar as riquezas da culinária mineira, contar histórias das localidades visitadas para difundir a mineiridade e, ainda, promover chefs e especialistas na arte gastronômica do Estado. Diferentemente do que se afirma na alternativa “C” (e por isso ele deveria ser marcada para responder a questão), o propósito do texto **Pratos típicos de Minas revelam memórias afetivas** não é apenas e tão somente divulgar pratos típicos mineiros mais conhecidos e consagrados, “sempre com alguma novidade”. É, também, mostrar outros aspectos positivos e exitosos da mineiridade, citados nas outras alternativas da questão. O candidato se equivoca ao afirmar: “não está promovendo ninguém à chef (sic) ou especialista através do programa”. Nesse sentido, significa dizer que não leu o texto com acuidade. Assim posto, o texto promove e dá visibilidade a uma chef e especialista da gastronomia mineira: “A nossa comida tem uma identidade e um dono: a dona Maria, que faz sua receita de quatro gerações e cozinha em seu cantinho, assim como sua mãe e sua avó faziam”. Nesse mesmo parágrafo, a autora esclarece uma das finalidades do programa “Sabor & afeto”: “une a cultura e a comida, narrando a importância da culinária para o local através de chefs e especialistas, os quais promove para todos que nos visitam para conhecer nossa gastronomia”. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 09

CANDIDATO: Letícia Rocha Faria

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Nos textos, as palavras adquirem sentidos de acordo com o contexto em que são empregadas e não devem ser analisadas isoladamente. Considerando-se esse postulado, na frase “...a importância da culinária mineira – que está para se tornar patrimônio cultural – para a **subsistência** da população.”, a palavra destacada, sem prejuízo para o sentido, pode ser substituída por “esteio”, “amparo”, “apoio”, “sustentáculo” da população. O que está em jogo não é o “sentido figurado das palavras” em si, segundo argumenta o candidato, mas o contexto em que o termo “esteio” foi empregado e a significação que ele apresenta nesse contexto. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 17

CANDIDATO: Dalete Duarte Portugal; Elisa Aparecida Ferreira Reis; Franciely Aparecida Batista; Marcos Catanha Silveira Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Na questão supracitada, os candidatos alegam que a alternativa” IV. e o seu ciclo de vida abrangem unicamente um arquivamento definitivo tendo então um valor secundário”. Ao analisarmos a questão verificamos que, de acordo com a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, no seu artigo 8º, consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes, intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente e permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados. Assim, os documentos podem ser arquivados e identificados como correntes, intermediários e permanentes, portanto, a alternativa (IV), que afirma que “e o seu ciclo de vida abrangem unicamente um arquivamento definitivo tendo então um valor secundário”, está incorreta, pois declara que o ciclo de vida dos documentos arquivados abrangem unicamente, ou seja, de modo exclusivo o arquivo permanente, que possui arquivamento definitivo e valor secundário, restringindo assim, os outros tipos, correntes e intermediários. Diante disso, a alternativa que responde corretamente à questão supracitada é a letra B, conforme gabarito. Portanto, o recurso é indeferido.

QUESTÃO Nº 19

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: A questão supracitada trata de aspectos relacionados ao tema, Cadastro e licitações, de acordo com o conteúdo programático previsto no edital, pois é um conhecimento básico inerente à área de atuação do auxiliar administrativo. Segundo a Constituição Federal de 1988, a Licitação é obrigatória para toda a administração Pública, seguindo os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da

publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo. É uma forma de aquisição de bens e contratação de serviços - prevista na Lei nº 8.666/93, regulada pelo Decreto nº 7.892/2013 – utilizada quando for conveniente a aquisição de bens ou contratação de serviços para mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo, ou quando não for possível definir previamente o quantitativo que será demandado pela Administração Pública. Analisando o enunciado da questão, verificamos que trata-se de funções do assistente de licitação e não do auxiliar administrativo, embora seja o profissional que presta suporte na gestão das empresas, auxiliando principalmente gestores de finanças, de logística, de pessoal e da área operacional na realização de atividades de controle e emissão de documentos. Portanto, o pedido de anulação da questão é deferido.

NÍVEL: MÉDIO COMPLETO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PSF

QUESTÃO Nº 20

CANDIDATO: Carlos Gabriel Pereira Santos

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Os anticoncepcionais orais agem impedindo a ovulação e tornam o muco cervical espesso, dificultando a passagem dos espermatozoides.

Conferir em: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

QUESTÃO Nº 24

CANDIDATO: Camila França da Mata; Carlos Gabriel Pereira Santos

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A verificação semanal da pressão arterial não está indicada para o tratamento da doença e sim uma estratégia que pode ser utilizada no diagnóstico da hipertensão. As principais estratégias utilizadas para o tratamento não-farmacológico da HAS (Hipertensão Arterial Sistêmica) são:

- Controle de peso.
- Adoção de hábitos alimentares saudáveis.
- Redução do consumo de bebidas alcoólicas.
- Abandono do tabagismo.
- Prática de atividade física regular.

Conferir em: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CARGO: DIGITADOR DO CADÚNICO

QUESTÃO Nº 08

CANDIDATO: Jean Carlos Pimenta Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: No período “Só que, pela qualidade do desenho, não me surpreende que nunca tenham um projeto aprovado.”, o pronome átono ME está adequadamente (e, não, inadequadamente) empregado, pois a próclise é de rigor porque antes do verbo (“surpreende”) há o advérbio de negação (“não”) que atrai o pronome, exigindo a próclise. No período o verbo não abre a frase em ênclise (posposto ao verbo), conforme se propõe na segunda asserção, mas em próclise: “não me surpreende...”. Portanto, as duas asserções são falsas. O candidato apresenta uma argumentação equivocada ao afirmar que a segunda asserção é verdadeira. A gramática normativa, de fato, “veda que se abram frases com o pronome oblíquo”, porém a regra diz respeito ao pronome proclítico (anteposto ao verbo) e, não, enclítico como se afirma na segunda asserção, pois esta é a norma, ou seja, inicia-se a frase com o pronome posposto ao verbo (a menos que haja partícula atrativa), como, por exemplo, em: “Sabe-se que...” (e, não, “Se sabe que...”), “Convidou-a para” e, não, “A convidou para...”. Tais considerações, segundo se comprovou anteriormente, justificam que as duas asserções são falsas. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

CARGO: FISCAL

QUESTÃO Nº 04

CANDIDATO: Luana Cassiana Vilela; Samuel Ribeiro dos Santos

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Nos termos, as palavras adquirem sentidos de acordo com o contexto em que são empregadas. Não devem ser analisadas separadamente. Considerando-se esse postulado, a questão trata de interpretar o contexto de uso de certos termos e expressões presentes no texto. Não exige, segundo se argumenta, conhecimento de figuras e de funções da linguagem ou de polissemia. A expressão “frases feitas” pode ser entendida como o emprego de recursos da fala e da escrita que ganham novos sentidos e ultrapassam seus significados literais quando

aplicados em contextos específicos, como no caso de texto de Ruy Castro. São usadas no sentido figurativo, simbólico, ou seja, apresentam um significado implícito, não literal ou dicionarizado. A interpretação da mensagem contida numa frase feita não corresponde à soma dos significados literais das palavras por ela constituída, mas sim de uma forma mais subliminar ou implícita. Tal compreensão e entendimento nos são dados pelo próprio autor ao explicar cada uma das frases feitas que utilizou em seu texto e explicitar o novo sentido que cada uma adquiriu, quando usada em novo contexto. Assim posto e entendendo o campo lexical como o conjunto de palavras que pertencem a uma mesma área de conhecimento, e está dentro do léxico da língua portuguesa, como é o caso das referidas expressões, as palavras que integram o vocabulário específico do campo do corte e costura, empregadas pelo autor no segundo parágrafo, são: “chuleio, carretel, agulhas, alfinetes, dedal, Singer, pedalando”. Diferentemente do que expõe o candidato, a questão exigiu, portanto, ler e interpretar o enunciado – conforme previsto no Programa de Provas, Anexo III do Edital: Interpretação de texto –, e, não, o conhecimento específico de funções da linguagem. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 07

CANDIDATO: Guilherme Nunes de Carvalho

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: No trecho transcrito do texto de Ruy Castro “Quando leio isto, imagino essa pessoa em sua casa, saindo talvez do banheiro, passando casualmente pelo celular ou pelo computador e se lembrando de algo que tinha a me falar.”, diferentemente do que argumenta o candidato no seu recurso, o plural de “imagino” não é “imaginam”. Como o verbo está na primeira pessoa do singular (“eu imagino”), o correto é grafá-lo na primeira pessoa do plural: (nós) “imaginamos”. O equívoco se estabelece porque o candidato se esquece de analisar o tempo e o modo verbal no seu contexto de uso: presente do indicativo: eu imagino/nós imaginamos. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 08

CANDIDATO: Marcelo Antônio da Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: No período “Só que, pela qualidade do desenho, não me surpreende que nunca tenham um projeto aprovado.”, o pronome átono ME está adequadamente (e, não, inadequadamente) empregado, pois a próclise é de rigor porque antes do verbo (“surpreende”) há o advérbio de negação (“não”) que atrai o pronome, exigindo a próclise. No período o verbo não abre a frase com pronome em ênclise (posposto ao verbo), conforme se propõe na segunda asserção, mas em próclise: “não me surpreende...”. Portanto, as duas asserções são falsas. O candidato apresenta uma argumentação equivocada ao afirmar que a segunda asserção é verdadeira. A gramática normativa, de fato, “veda que se abram frases com o pronome oblíquo”, porém a regra diz respeito ao pronome proclítico (anteposto ao verbo) e, não, enclítico como se afirma na segunda asserção, pois esta é a norma, ou seja, inicia-se a frase com o pronome posposto ao verbo (a menos que haja partícula atrativa), como, por exemplo, em: “Sabe-se que...” (e, não, “Se sabe que...”), “Convidou-a para” e, não, “A convidou para...”. Tais considerações, segundo se comprovou anteriormente, justificam que as duas asserções são falsas. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 22

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: A questão não apresenta alternativa correta, visto que a afirmativa “II”, está em desacordo com o exposto no Artigo 5º, inciso IV da Constituição Federal. Portanto, o pedido de anulação da questão é deferido.

QUESTÃO Nº 25

CANDIDATO: Samuel Ribeiro dos Santos

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O enunciado é claro ao solicitar um requisito essencial do ato normativo. Todo ato normativo tem forma, não necessariamente definida previamente.

Fonte: <https://jus.com.br/artigos/60926/ato-administrativo-origem-conceito-requisitos-vinculacao-discrecionalidade-e-merito>

NÍVEL: MÉDIO TÉCNICO

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

QUESTÃO Nº 04

CANDIDATO: Marcela Pinheiro Machado de Andrade

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Nos textos, as palavras adquirem sentidos de acordo com o contexto em que são empregadas. Não devem ser analisadas separadamente. Considerando-se esse postulado, o candidato se equivoca por não compreender que a questão trata de interpretar o contexto de uso de certos termos e expressões presentes no texto. Não exige, segundo argumenta, conhecimento de figuras e de funções da linguagem ou de polissemia. A expressão “frases feitas” pode ser entendida como o emprego de recursos da fala e da escrita que ganham novos sentidos e ultrapassam seus significados literais quando aplicados em contextos específicos, como no caso de texto de Ruy Castro. São usadas no sentido figurativo, simbólico, ou seja, apresentam um significado implícito, não literal ou dicionarizado. A interpretação da mensagem contida numa frase feita não corresponde à soma dos significados literais das palavras por ela constituída, mas sim de uma forma mais subliminar ou implícita. Tal compreensão e entendimento nos são dados pelo próprio autor ao explicar cada uma das frases feitas que utilizou em seu texto e explicitar o novo sentido que cada uma adquiriu, quando usada em novo contexto. Assim posto e entendendo o campo lexical como o conjunto de palavras

que pertencem a uma mesma área de conhecimento, e está dentro do léxico da língua portuguesa, como é o caso das referidas expressões, as palavras que integram o vocabulário específico do campo do corte e costura, empregadas pelo autor no segundo parágrafo, são: “chuleio, carretel, agulhas, alfinetes, dedal, Singer, pedalando.”. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 21

CANDIDATO: Janaína Maria Silva Vieira; Rosimere Alves Lemos

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Na coleta de sangue venoso periférico para a realização do exame de hemocultura o uso de luva estéril não é indicado, visto se tratar de um procedimento de baixo risco de contaminação para o paciente. O material necessário para tal procedimento é:

- Garrote.
- Algodão ou gaze.
- Soluções antissépticas.
- Agulha e seringa (ou conjunto de escalpe e dispositivo de coleta a vácuo).
- Luvas de procedimento.

Conferir em: Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Microbiologia Clínica para o Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Módulo 4: Procedimentos Laboratoriais. Brasília: Anvisa, 2013.

QUESTÃO Nº 23

CANDIDATO: Michelle Lemos Cardoso Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O aleitamento materno costuma ser classificado em:

Aleitamento materno exclusivo – quando a criança recebe somente leite materno, direto da mama ou ordenhado, ou leite humano de outra fonte, sem outros líquidos ou sólidos, com exceção de gotas ou xaropes contendo vitaminas, sais de reidratação oral, suplementos minerais ou medicamentos.

• **Aleitamento materno predominante** – quando a criança recebe, além do leite materno, água ou bebidas à base de água (água adoçada, chás, infusões), sucos de frutas e fluidos rituais¹.

• **Aleitamento materno** – quando a criança recebe leite materno (direto da mama ou ordenhado), independentemente de receber ou não outros alimentos.

• **Aleitamento materno complementado** – quando a criança recebe, além do leite materno, qualquer alimento sólido ou semissólido com a finalidade de complementá-lo, e não de substituí-lo.

• **Aleitamento materno misto ou parcial** – quando a criança recebe leite materno e outros tipos de leite.

Nesse contexto, o **aleitamento materno exclusivo** deve ser estimulado até o sexto mês de vida, não sendo necessário nesse período a introdução de outros alimentos.

Conferir em: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CARGO: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES E PROJETOS DE ENGENHARIA

QUESTÃO Nº 07

CANDIDATO: Geovani Barbosa Pedroso

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: No trecho transcrito do texto de Ruy Castro “Quando leio isto, imagino essa pessoa em sua casa, saindo talvez do banheiro, passando casualmente pelo celular ou pelo computador e se lembrando de algo que tinha a me falar.”, diferentemente do que argumenta o candidato no seu recurso, o plural de “imagino” não é “imaginam”. Como o verbo está na primeira pessoa do singular (“eu imagino”), o correto é grafá-lo na primeira pessoa do plural: (nós) “imaginamos”. O equívoco se estabelece porque o candidato se esquece de analisar o tempo e o modo verbal no seu contexto de uso: presente do indicativo: eu imagino/nós imaginamos. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 15

CANDIDATO: Geovani Barbosa Pedroso; Vinícius Lopes Granzoto Garcia

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O conteúdo cobrado na referida questão foi: “Operações com números naturais e racionais: adição e subtração”.

A parte do extrato apresentada na questão mostra a sequência de eventos ocorridos na conta bancária.

O dia 05/03 inicia com saldo –R\$122,00 na 1ª linha. Na 2ª linha, ou seja, evento posterior ocorrido no decorrer do mesmo dia 05/03 há o pagamento de IPVA no valor de R\$846,75.

Para resolver corretamente a questão o(a) candidato(a) deveria realizar os cálculos na ordem dos fatos mostrados no extrato bancário:

– R\$ 122,00 – R\$ 846,75 + R\$ 3.420,00 – R\$ 319,25

– R\$ 968,75 + R\$3.420,00 – R\$ 319,25

+ R\$ 2.451,25 – R\$ 319,25

= + R\$ 2.132,00.

Alternativa: B

QUESTÃO Nº 18

CANDIDATO: Samara Aparecida Fialho Prado

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão está em conformidade ao item 6.2.1 da normativa 9575:2010 que cita os motivos do modo da que a impermeabilização deve ser executada.

Em primeiro lugar, a impermeabilização deve ser projetada de modo a:

- evitar a passagem de fluidos e vapores nas construções, pelas partes que requeiram estanqueidade, podendo ser integrados ou não outros sistemas construtivos, desde que observadas normas específicas de desempenho que proporcionem as mesmas condições de estanqueidade;
- proteger os elementos e componentes construtivos que estejam expostos ao intemperismo, contra a ação de agentes agressivos presentes na atmosfera;
- proteger o meio ambiente de agentes contaminantes por meio da utilização de sistemas de impermeabilização;
- possibilitar sempre que possível acesso à impermeabilização, com o mínimo de intervenção nos revestimentos sobrepostos a ela, de modo a ser evitada, tão logo sejam percebidas falhas do sistema impermeável, a degradação das estruturas e componentes construtivos.

Nas impermeabilizações rígidas a *camada estanque* é aplicada diretamente sobre a base sem outras camadas complementares.

Fonte: NBR 9575:2010

QUESTÃO Nº 19

RECURSO: DEFERIDO – ALTERAR GABARITO DE A PARA D

JUSTIFICATIVA: O item 1 da normativa 6484:2020 contém os objetivos do ensaio SPT.

“Esta Norma especifica o método de execução de sondagens de simples reconhecimento de solos com ensaio de SPT. São descritos dois sistemas de execução: sistema de sondagem manual e sistema de sondagem mecanizado. Ambos têm por finalidade fornecer as seguintes informações: tipos de solos e suas respectivas profundidades de ocorrência; indicação da posição do nível de água (quando ocorrer) durante a execução de cada sondagem, e o índice de resistência à penetração N a cada metro.”

Portanto, a alternativa que atende ao enunciado da questão é a letra D.

Fonte: NBR 6484:2020

QUESTÃO Nº 24

CANDIDATO: Lucas de Faria Vaz; Vinicius Lopes Granzoto Garcia

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A NBR 7200 apresenta a idade mínima para as bases de revestimento. Porém, para pintura que é o assunto tratado na questão, a norma 13245 tintas para a construção civil traz a indicação de que para pintura é necessário aguardar a cura e secagem por 30 dias, lixar e eliminar o pó. Aplicar selador para a alvenaria.

6.1 Alvenaria

6.1.1 Tipos de superfície

Os tipos de superfície, bem como sua respectiva preparação são apresentados a seguir:

NOTA Em todos os casos, verificar as condições da superfície e seguir as orientações descritas em 6.1.2.

- a) plaquetas de gesso, gesso corrido ou blocos de cimento: lixar e eliminar o pó. Dependendo do tipo de acabamento, aplicar fundo preparador de paredes, quando recomendado pelo fabricante;
- b) gesso acartonado (*drywall*): lixar e eliminar o pó. Dependendo do tipo de acabamento, aplicar selador para alvenaria, quando recomendado pelo fabricante;
- c) emboço, reboco ou concreto recém-executado: aguardar a cura e secagem por no mínimo 30 dias, lixar e eliminar o pó. Aplicar selador para alvenaria;
- d) reboco fraco, caiação e partes soltas: lixar e eliminar o pó e as partes soltas. Aplicar fundo preparador de paredes;
- e) superfícies pintadas: aplicar o acabamento;
- f) substratos cerâmicos porosos, vitrificados e fibrocimento: lavar com solução de água e detergente neutro e enxaguar. Aguardar a secagem.

NÍVEL: SUPERIOR

CARGO: ADVOGADO CREAS

QUESTÃO Nº 09

CANDIDATO: Geovanna da Silva Gonçalves Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão solicita uma análise acerca do que se afirma sobre a colocação pronominal. Assim, no período “O que não faz sentido é tentar expulsar da norma culta tudo o que é informal, como se só coubesse nela o livresco, o empertigado, o que fica distante da fala...”, a expressão “como se” é uma locução conjuntiva (conjunto de duas ou mais palavras que, juntas, atuam como uma conjunção, ligando orações). Como se observa – e é importante lembrar que, nos textos, toda palavra precisa ser analisada no seu contexto de uso e, não, isoladamente – ela inicia a oração responsável por fazer um confronto, um paralelo, uma comparação hipotética (CEGALLA, 2010, p. 397) com o que foi manifestado na oração anterior, ou seja “O que não faz sentido é tentar expulsar da norma culta tudo o que é informal”. Portanto, o “se” não é um pronome oblíquo. O termo faz parte da referida locução, conforme se demonstrou. Equivoca-se o candidato na sua argumentação ao afirmar haver um erro de colocação pronominal e, conseqüentemente, pleitear que “como” é uma partícula que atrai o pronome átomo “se”, pelos motivos expostos. Recurso indeferido.

Referência: CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

QUESTÃO Nº 14

CANDIDATO: Argos Lourenço Filho; Kelly Danieli Labanca

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Segundo as regras do português, conforme ensinam as gramáticas, há concordância nominal em gênero (masculino ou feminino) e número (plural ou singular) entre o substantivo e os diversos termos da oração que se relacionam com ele, como adjetivos, artigos pronomes, numerais. “Óculos” é um substantivo masculino plural, sendo “óculo” a sua forma no singular. Essa grafia, contudo, não é comumente utilizada pelos falantes da língua. Assim, a palavra “óculos” é considerada um caso de *pluralia tantum*, ou seja, uma palavra utilizada no plural para indicar um único objeto composto por duas partes simétricas. O mesmo ocorre com as palavras “calças” e “binóculos”. O erro na expressão “meu óculos” ocorre porque, inadequadamente, a palavra óculos é assumida como um substantivo de dois números, que se mantém invariável quer no singular, quer no plural, como “pires”, “ônibus” e “lápiz”. Nos casos de *pluralia tantum*, também se pode optar pelo uso da expressão “um par de”. Assim, podemos dizer: um par de óculos, um par de calças, um par de binóculos. Nos textos, as palavras adquirem sentidos de acordo com o contexto em que são empregadas. A partir dessas considerações, torna-se possível perceber que, nas asserções, não se afirma estar a expressão “meu óculos” de acordo com a norma-padrão. O que se solicita do candidato é uma leitura comparativa, analógica, entre o que os gramáticos dizem e o que propõe Sérgio Rodrigues no seu texto. Assim posto, conforme o autor, estando a língua portuguesa em constante alteração, evolução e atualização e sendo muito defendido atualmente que o uso faz a regra e não o contrário, alguns gramáticos começam a considerar que a expressão “meu óculos” poderá ficar consagrada (e, não, já está consagrada) pelo uso, passível de ser utilizada em contexto coloquial e informal, não no registro formal, na língua culta. Diante do exposto, as duas assertivas estão corretas e a segunda complementa a primeira. Recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 16

CANDIDATO: Karla Ribeiro de Moraes

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata se insurgente contra a questão 16 por supostamente não estar contemplada no programa do edital. Não assiste razão a candidata. A questão trata dos cargos privativos de brasileiros que está prevista no artigo 12 da Constituição. No programa da prova consta expressamente o seguinte item “Constituição da República Federativa do Brasil arts. 1 a 41.”. Desse modo verifica-se claramente que a questão 16 está dentro do programa do edital. Assim, indefere-se o presente recurso.

QUESTÃO Nº 19

CANDIDATO: Ayla Ferreira Lima

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata se insurge contra a questão 19 por supostamente conter duas questões corretas. Não assiste razão a candidata. Para que a alternativa A estivesse correta não seria possível ao servidor público civil fazer greve, estando a norma sem qualquer tipo de eficácia. Desse modo o direito de greve pode ser exercido mesmo sem a regulamentação da lei específica. Dito isto, indefere-se o presente recurso.

QUESTÃO Nº 21

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato se insurge contra a questão 21 e solicita anulação da questão. Assiste razão ao candidato. A ausência da palavra até torna a alternativa A também incorreta. Dito isto, defere-se o presente recurso para anulação da questão.

QUESTÃO Nº 22

CANDIDATO: Bruno Silva Brandão

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O candidato se insurge contra a questão 22 e alteração do gabarito para a alternativa A. Não assiste razão ao candidato. A questão cobra o conhecimento do entendimento sobre a questão da possibilidade ou não de nomeação de parentes do gestor público para cargos públicos. Para cargos de primeiro escalão, como de secretário municipal, não se aplica a vedação da nomeação de parentes. Dessa

forma o irmão pode ser secretário e a mãe não pode ser nomeada, tendo em vista não se tratar de cargo de primeiro escalão. Dito isto, indefere-se o presente recurso.

QUESTÃO Nº 23

CANDIDATO: Argos Lourenço Filho

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O candidato se insurge contra a questão 23 e solicita anulação da questão tendo em vista a existência de duas alternativas corretas. Não assiste razão ao candidato. A alternativa B está incorreta pois designa conceito de serviço público, conforme balizada doutrina (podemos citar Di Pietro, Matias-Pereira entre outros) e não o conceito de Administração Pública. Dito isto, indefere-se o presente recurso.

QUESTÃO Nº 26

CANDIDATO: Argos Lourenço Filho; Ayla Ferreira Lima; Geovanna da Silva Gonçalves Oliveira; Julia Gmeiner Caminhag Lopes; Nívea Cristina de Araújo; Siomara Memento

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Os candidatos se insurgem contra a questão 26 e solicita anulação por existência de duas respostas corretas. Não assiste razão aos candidatos. A questão se baseia no entendimento sumular vinculante nº 12 do STF que afirma expressamente ser vedada a cobrança de matrícula em universidades públicas. Destaca-se ainda que o RE 597854 trata da cobrança de mensalidade e não de matrícula de modo que não serve como fundamento da questão formulada e a súmula vinculante 12 é citada no inteiro teor do citado RE, não havendo, portanto, mudança de entendimento, mas aplicação de casos distintos. Dito isto, indefere-se o presente recurso.

QUESTÃO Nº 34

CANDIDATO: Argos Lourenço Filho; Siomara Memento

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Os candidatos se insurgem contra o gabarito da questão 34 e solicitam anulação da questão tendo em vista a suposta ausência de alternativas incorretas. Não assiste razão aos candidatos. Como fundamento os candidatos citam §11-A do artigo 20 da Lei 8742/1993 prevê a possibilidade de alteração da renda por regulamento. Ocorre que a referida alteração regulamentar não foi implementada e estabelece um intervalo de até ½ salário-mínimo, podendo vir a ser menor que esse valor, 1/3 do salário-mínimo por exemplo. Caso uma pessoa que preencha os demais requisitos e que tenha renda familiar de ½ salário-mínimo solicite atualmente o BPC terá o benefício indeferido. Dessa forma não é possível considerar como correta a alternativa A. Dito isto, indefere-se o presente recurso.

QUESTÃO Nº 36

CANDIDATO: Nívea Cristina de Araújo

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata se insurge contra o gabarito da questão 36 e solicita anulação da questão. Não assiste razão a candidata. Seguindo a ordem por similaridade dos legitimados da ação direta de inconstitucionalidade os prefeitos devem estar contemplados na constituição do estado (quaisquer deles) como legitimados. Trata-se de norma de reprodução obrigatória. Dito isto, indefere-se o presente.

QUESTÃO Nº 40

CANDIDATO: Kelly Danieli Labanca

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata se insurge contra o gabarito da questão 40 e solicita anulação da questão. Não assiste razão a candidata. Não é possível se utilizar de ação popular para questionar lei em tese. O instrumento adequado no caso será uma ação no âmbito do controle de constitucionalidade. Dito isto, indefere-se o presente recurso.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL CRAS

QUESTÃO Nº 04

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato tem razão quando aponta “um erro na escrita” da palavra “mestre-sala”, quando deveria ser grafado “mestre-escola”, conforme consta no texto da prova. Pelos motivos expostos, a questão deve ser anulada.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL CREAS

QUESTÃO Nº 02

CANDIDATO: Alcione Miranda dos Reis

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Conhecendo-se o veículo em que o texto foi publicado – o jornal impresso *Folha de São Paulo* –, observa-se que o autor veicula seu ponto de vista acerca do tema “Língua Portuguesa” por meio de uma produção argumentativo-opinativa. O principal objetivo é partilhar suas opiniões, com a intenção de convencer o leitor a pensar de certa maneira ou a questionar a situação específica sobre a qual discorre: particularidades do idioma português sob seu ponto de vista. A opinião do autor é fundamentada com explicações e argumentos tendo como objetivo formar a opinião do leitor ou ouvinte e tentar convencê-lo de que a ideia defendida por ele é correta. A linguagem pessoal é aquela marcada por emprego de verbos e pronomes na primeira pessoa do singular, qual seja, um “eu” narrador/relator, que expõe a opinião do autor

de forma pessoal, seu pensamento e suas ideias, ao explorar um aspecto pitoresco sobre a língua portuguesa, no caso, alguns momentos de sua história. Coutinho não propõe uma teoria linguística própria para explicar algumas alterações inerentes ao léxico luso, apenas menciona situações da sua historiografia: “O português nasceu antes de Portugal e continuará a evoluir fora do país. Tomo essa ideia de empréstimo a Fernando Venâncio e ao seu livro ‘Assim Nasceu uma Língua’ – edição portuguesa da Guerra & Paz –, que não me canso de recomendar”. Em ciência, a teoria científica difere bastante da aceitação de teoria em senso comum, o de mera especulação. Ela é uma síntese aceita e comprovada de um vasto campo de conhecimento, consistindo em hipóteses, confrontadas entre si e com outros fatos no conjunto de evidências científicas que, juntamente com as hipóteses, alicerçam o conceito. Segundo esse postulado, constata-se que o autor do texto, João Pereira Coutinho, não teoriza sobre algo tecnicamente falando, não fez pesquisa acadêmica sobre o tema, apenas traz sua opinião, emite juízos de valor sobre fatos da língua portuguesa, porém sem base científica, e oriundos de constatação particular e pessoal. Como ele próprio afirma: “Nos próximos anos, nas minhas estadas paulistanas, prometo continuar o estudo da língua que os nativos falam. Quem sabe? Um dia, eu próprio serei capaz de falar na perfeição esse tal de português”. O pitoresco é tudo o que é inusitado ou interessante e sobressai pela excentricidade. Também é capaz de divertir ou se tornar recreativo. Todas essas peculiaridades podem ser identificadas no texto. Diante do exposto, é equivocado defender, como argumenta o candidato, que o articulista propõe uma teoria linguística própria para explicar algumas alterações inerentes ao léxico luso, pois no seu texto não se arvora a ser um pesquisador, muito menos a promover uma investigação linguística e acadêmica. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 04

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato tem razão quando aponta “um erro na escrita” da palavra “mestre-sala”, quando deveria ser grafado “mestre-escola”, conforme consta no texto da prova. Pelos motivos expostos, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO Nº 05

CANDIDATO: Alcione Miranda dos Reis

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Nos textos, as palavras adquirem sentidos de acordo com o contexto em que são empregadas. Considerando-se esse postulado a questão trata da interpretação do contexto de uso em que as palavras são empregadas, ou seja, que se atribuem características humanas ao idioma luso e à língua portuguesa falada no Brasil. Prosopopeia é um recurso expressivo que consiste em atribuir qualidades e sentimentos humanizados a seres irracionais e inanimados”. No caso, a “fala do Brasil, ou de Angola, ou de Moçambique” é a esposa do “marido infiel [...], o idioma português, razão pela qual este não deve fazer cena quando “flagra” a sua dona numa “paquera”, num “amasso” ou numa “transa”. Essas passagens não podem ser lidas ao pé da letra, ou seja, literalmente, sob pena de se interpretar equivocadamente o sentido pretendido. Em outras palavras, tanto um quanto o outro são passíveis de mudanças por serem as línguas organismos vivíveis e, por conta disso, mutáveis. Nesse sentido, as atitudes conferidas tanto ao português quanto à fala lusitana em países africanos não os transformam em seres desumanizados, em coisas, pelo contrário, a ambos são atribuídas características humanizadas e não a coisificação (segundo argumenta o candidato), na medida em que se comportam como um “casal” (marido e mulher). Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 13

CANDIDATO: Alcione Miranda dos Reis

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão apresentou duas asserções, solicitando do candidato a análise entre elas e, conseqüentemente, a escolha da verdadeira. Para tanto, exemplificou com o seguinte trecho transcrito do texto: “A verdade é que a língua portuguesa sempre foi assim.”. No período composto, a primeira oração é a principal e não depende, sintaticamente, da segunda porque, sendo esta segunda a subordinada – “que a língua portuguesa sempre foi assim.”, –: completa o sentido da primeira oração, da qual depende, e exerce a função de predicativo do sujeito (CEGALLA, 2010, p. 378). Em outras palavras, a oração principal – “A verdade é” – do ponto de vista sintático está completa: sujeito (“A verdade”), predicado nominal (“é”), predicativo do sujeito (a oração seguinte, que é subordinada, substantiva predicativa). Esta oração, sim, completa o sentido da primeira, da qual depende, funcionando como predicativo do sujeito (CEGALLA, 2010, p. 385). Assim posto, equivoca-se o candidato ao pleitear que, entre as duas asserções, a primeira é falsa e a segunda é verdadeira. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

Referência: CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010, p. 378; 385.

QUESTÃO Nº 24

CANDIDATO: Alcione Miranda dos Reis

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata alega que a questão deve ser corrigida para a alternativa C, como a opção incorreta, onde consta o conceito de ambiência, não o compreendendo como uma diretriz da Política Nacional de Humanização (PNH). Compreende-se uma diretriz como um princípio norteador de um pensamento ou ação: clínica, ética ou política e conforme definido em documento e site oficial (BRASIL, 2010 e UNASUS) a PNH possui como uma de suas diretrizes a valorização da ambiência, com organização de espaços saudáveis e acolhedores de trabalho. Ambiência na saúde compreende o espaço físico, social, profissional e de relações interpessoais que deve estar em sintonia com um projeto voltado para a atenção acolhedora, resolutiva e humana (BRASIL, 2010). Essa concepção pode ser consultada em sua orientação técnica pelo Ministério da Saúde, além de sites oficiais. Portanto, não há justificativa para modificar a resposta.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *Ambiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização*. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2010

<https://moodle.unasus.gov.br/vitrine29/mod/page/view.php?id=2883>

QUESTÃO Nº 36**CANDIDATO:** Alcione Miranda dos Reis**RECURSO:** INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O recurso não procede devido aos fatos apresentados abaixo:

O trabalho interdisciplinar visa capacitar os profissionais, através da troca e conciliação de saberes, com o intuito de construir uma visão mais ampla, caracterizada pela quebra de paradigmas e assim fomentar uma atuação e ações de caráter abrangente.

Em contrapartida, a rede socioassistencial é um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade. Ou seja, atuam no âmbito do SUAS.

A rede intersetorial permite o estabelecimento de espaços compartilhados de decisões entre instituições e diferentes setores do governo. Ou seja, atuam com diversos setores, abrangendo outros segmentos além do SUAS.

Já o trabalho em rede, reconhecido pelo SUAS como uma nova forma de gestão social, tem a perspectiva de redimensionar as intervenções específicas, ampliando o padrão de qualidade e a efetividade das ações desenvolvidas.

Fontes: BRASIL. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Dicionário de termos técnicos da Assistência Social. Belo Horizonte: ASCOM, 2007.

CARNEIRO, Mauriceia Ligia Neves da Costa e COSTA, Teresa Cristina da. A perspectiva do trabalho em rede nos CRAS de Teresina-PI: o olhar dos assistentes sociais. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhã, 2011.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL EDUCACIONAL**QUESTÃO Nº 21****RECURSO:** DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato se insurge contra a questão 21 e solicita anulação da questão. Assiste razão ao candidato. A ausência da palavra até torna a alternativa A também incorreta. Dito isto, defere-se o presente recurso para anulação da questão.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL HABITAÇÃO**QUESTÃO Nº 21****RECURSO:** DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato se insurge contra a questão 21 e solicita anulação da questão. Assiste razão ao candidato. A ausência da palavra até torna a alternativa A também incorreta. Dito isto, defere-se o presente recurso para anulação da questão.

CARGO: BIÓLOGO**QUESTÃO Nº 21****RECURSO:** DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato se insurge contra a questão 21 e solicita anulação da questão. Assiste razão ao candidato. A ausência da palavra até torna a alternativa A também incorreta. Dito isto, defere-se o presente recurso para anulação da questão.

QUESTÃO Nº 36**CANDIDATO:** Cássio de Sousa Borges**RECURSO:** INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A alternativa C não afirma que todas as plantas existentes produzem seu próprio alimento, mas que fungos são incapazes de produzir seu próprio alimento, diferentemente das plantas. Não há erro de interpretação na alternativa. Portanto, permanece inalterado o gabarito oficial.

Fonte: http://portal.virtual.ufpb.br/biologia/novo_site/Biblioteca/Livro_4/6-Biologia_de_Microrganismos.pdf

QUESTÃO Nº 37**RECURSO:** DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: Fica anulada a questão, devido a erro apresentado na imagem, que prejudica seu entendimento.

CARGO: COORDENADOR CRAS**QUESTÃO Nº 21****RECURSO:** DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato se insurge contra a questão 21 e solicita anulação da questão. Assiste razão ao candidato. A ausência da palavra até torna a alternativa A também incorreta. Dito isto, defere-se o presente recurso para anulação da questão.

CARGO: COORDENADOR CREAS

QUESTÃO Nº 21

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato se insurge contra a questão 21 e solicita anulação da questão. Assiste razão ao candidato. A ausência da palavra até torna a alternativa A também incorreta. Dito isto, defere-se o presente recurso para anulação da questão.

CARGO: COORDENADOR DE CCI

QUESTÃO Nº 21

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato se insurge contra a questão 21 e solicita anulação da questão. Assiste razão ao candidato. A ausência da palavra até torna a alternativa A também incorreta. Dito isto, defere-se o presente recurso para anulação da questão.

QUESTÃO Nº 22

CANDIDATO: Diego Bastos Cabral

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O candidato se insurge contra a questão 22 e alteração do gabarito para a alternativa A. Não assiste razão ao candidato. A questão cobra o conhecimento do entendimento sobre a questão da possibilidade ou não de nomeação de parentes do gestor público para cargos públicos. Para cargos de primeiro escalão, como de secretário municipal, não se aplica a vedação da nomeação de parentes. Dessa forma o irmão pode ser secretário e a mãe não pode ser nomeada, tendo em vista não se tratar de cargo de primeiro escalão. Dito isto, indefere-se o presente recurso.

QUESTÃO Nº 23

CANDIDATO: Diego Bastos Cabral

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O candidato se insurge contra a questão 23 e solicita anulação da questão tendo em vista a existência de duas alternativas corretas. Não assiste razão ao candidato. A alternativa B está incorreta pois designa conceito de serviço público, conforme balizada doutrina (podemos citar Di Pietro, Matias-Pereira entre outros) e não o conceito de Administração Pública. Dito isto, indefere-se o presente recurso.

CARGO: COORDENADOR DE PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

QUESTÃO Nº 21

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato se insurge contra a questão 21 e solicita anulação da questão. Assiste razão ao candidato. A ausência da palavra até torna a alternativa A também incorreta. Dito isto, defere-se o presente recurso para anulação da questão.

CARGO: COORDENADOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

QUESTÃO Nº 09

CANDIDATO: Cíntia Faleiros Silva Chagas

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão solicita uma análise acerca do que se afirma sobre a colocação pronominal. Assim, no período “O que não faz sentido é tentar expulsar da norma culta tudo o que é informal, como se só coubesse nela o livroco, o empertigado, o que fica distante da fala...”, a expressão “como se” é uma locução conjuntiva (conjunto de duas ou mais palavras que, juntas, atuam como uma conjunção, ligando orações). Como se observa – e é importante lembrar que, nos textos, toda palavra precisa ser analisada no seu contexto de uso e, não, isoladamente – ela inicia a oração responsável por fazer um confronto, um paralelo, uma comparação hipotética (CEGALLA, 2010, p. 397) com o que foi manifestado na oração anterior, ou seja “O que não faz sentido é tentar expulsar da norma culta tudo o que é informal”. Portanto, o “se” não é um pronome oblíquo. O termo faz parte da referida locução, conforme se demonstrou. Equivoca-se o candidato na sua argumentação ao afirmar haver um erro de colocação pronominal e, conseqüentemente, pleitear que “como” é uma partícula que atrai o pronome átono “se”. Pelos motivos expostos, recurso indeferido.

Referência: CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010, p. 397.

QUESTÃO Nº 14

CANDIDATO: Cíntia Faleiros Silva Chagas

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Segundo as regras do português, conforme ensinam as gramáticas, há concordância nominal em gênero (masculino ou feminino) e número (plural ou singular) entre o substantivo e os diversos termos da oração que se relacionam com ele, como adjetivos, artigos pronomes, numerais. “Óculos” é um substantivo masculino plural, sendo “óculo” a sua forma no singular. Essa grafia, contudo, não é comumente utilizada pelos falantes da língua. Assim, a palavra “óculos” é considerada um caso de *pluralia tantum*, ou seja, uma palavra utilizada no plural

para indicar um único objeto composto por duas partes simétricas. O mesmo ocorre com as palavras “calças” e “binóculos”. O erro na expressão “meu óculos” ocorre porque, inadequadamente, a palavra óculos é assumida como um substantivo de dois números, que se mantém invariável quer no singular, quer no plural, como “pires”, “ônibus” e “lápiz”. Nos casos de *pluralia tantum*, também se pode optar pelo uso da expressão “um par de”. Assim, podemos dizer: um par de óculos, um par de calças, um par de binóculos. Nos textos, as palavras adquirem sentidos de acordo com o contexto em que são empregadas. A partir dessas considerações, torna-se possível perceber que, nas asserções, não se afirma estar a expressão “meu óculos” de acordo com a norma-padrão. O que se solicita do candidato é uma leitura comparativa, analógica, entre o que os gramáticos dizem e o que propõe Sérgio Rodrigues no seu texto. Assim posto, conforme o autor, estando a língua portuguesa em constante alteração, evolução e atualização e sendo muito defendido atualmente que o uso faz a regra e não o contrário, alguns gramáticos começam a considerar que a expressão “meu óculos” poderá ficar consagrada (e, não, já está consagrada) pelo uso, passível de ser utilizada em contexto coloquial e informal, não no registro formal, na língua culta. Diante do exposto, as duas assertivas estão corretas e a segunda complementa a primeira. Recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 21

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato se insurge contra a questão 21 e solicita anulação da questão. Assiste razão ao candidato. A ausência da palavra até torna a alternativa A também incorreta. Dito isto, defere-se o presente recurso para anulação da questão.

QUESTÃO Nº 22

CANDIDATO: Cíntia Faleiros Silva Chagas

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata se insurge contra a questão 22 e alteração do gabarito para a alternativa A. Não assiste razão a candidata. A questão cobra o conhecimento do entendimento da exceção a súmula vinculante nº 13 do STF. Para cargos de primeiro escalão, como de secretário municipal, não se aplica a vedação da nomeação de parentes. Dessa forma o irmão pode ser secretário e a mãe não pode ser nomeada, tendo em vista não se tratar de cargo de primeiro escalão. Dito isto, indefere-se o presente recurso.

CARGO: DENTISTA

QUESTÃO Nº 04

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato tem razão quando aponta “um erro na escrita” da palavra “mestre-sala”, quando deveria ser grafado “mestre-escola”, conforme consta no texto da prova. Pelos motivos expostos, a questão deve ser anulada.

CARGO: ENFERMEIRO

QUESTÃO Nº 02

CANDIDATO: Natália de Toledo Silvério

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Conhecendo-se o veículo em que o texto foi publicado – o jornal impresso *Folha de São Paulo* –, observa-se que o autor veicula seu ponto de vista acerca do tema “Língua Portuguesa” por meio de uma produção argumentativo-opinativa. O principal objetivo é partilhar suas opiniões, com a intenção de convencer o leitor a pensar de certa maneira ou a questionar a situação específica sobre a qual discorre: particularidades do idioma português sob seu ponto de vista. A opinião do autor é fundamentada com explicações e argumentos tendo como objetivo formar a opinião do leitor ou ouvinte e tentar convencê-lo de que a ideia defendida por ele é correta. A linguagem pessoal é aquela marcada por emprego de verbos e pronomes na primeira pessoa do singular, qual seja, um “eu” narrador/relator, que expõe a opinião do autor de forma pessoal, seu pensamento e suas ideias, ao explorar um aspecto pitoresco sobre a língua portuguesa, no caso, alguns momentos de sua história. Coutinho não propõe uma teoria linguística própria para explicar algumas alterações inerentes ao léxico luso, apenas menciona situações da sua historiografia: “O português nasceu antes de Portugal e continuará a evoluir fora do país. Tomo essa ideia de empréstimo a Fernando Venâncio e ao seu livro ‘Assim Nasceu uma Língua’ – edição portuguesa da Guerra & Paz –, que não me canso de recomendar”. Em ciência, a teoria científica difere bastante da acepção de teoria em senso comum, o de mera especulação. Ela é uma síntese aceita e comprovada de um vasto campo de conhecimento, consistindo em hipóteses, confrontadas entre si e com outros fatos no conjunto de evidências científicas que, juntamente com as hipóteses, alicerçam o conceito. Segundo esse postulado, constata-se que o autor do texto, João Pereira Coutinho, não teoriza sobre algo tecnicamente falando, não fez pesquisa acadêmica sobre o tema, apenas traz sua opinião, emite juízos de valor sobre fatos da língua portuguesa, porém sem base científica, e oriundos de constatação particular e pessoal. Como ele próprio afirma: “Nos próximos anos, nas minhas estadas paulistanas, prometo continuar o estudo da língua que os nativos falam. Quem sabe? Um dia, eu próprio serei capaz de falar na perfeição esse tal de português”. O pitoresco é tudo o que é inusitado ou interessante e sobressai pela excentricidade. Também é capaz de divertir ou se tornar recreativo. Todas essas peculiaridades podem ser identificadas no texto. Diante do exposto, é equivocado defender, como argumenta o candidato, que o articulista propõe uma teoria linguística própria para explicar algumas alterações inerentes ao léxico luso, pois no seu texto não se arvora a ser um pesquisador, muito menos a promover uma investigação linguística e acadêmica. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 04

RECURSO: **DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA**

JUSTIFICATIVA: O candidato tem razão quando aponta “um erro na escrita” da palavra “mestre-sala”, quando deveria ser grafado “mestre-escola”, conforme consta no texto da prova. Pelos motivos expostos, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO Nº 05

CANDIDATO: Priscila Cristina Avila de Oliveira

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: Nos textos, as palavras adquirem sentidos de acordo com o contexto em que são empregadas. Considerando-se esse postulado, o candidato se equivoca por não compreender que a questão trata da interpretação do contexto de uso em que as palavras são empregadas, ou seja, que se atribuem características humanas ao idioma luso e à língua portuguesa falada no Brasil. Prosopopeia é um recurso expressivo que consiste em atribuir qualidades e sentimentos humanizados a seres irracionais e inanimados”. No caso, a “fala do Brasil, ou de Angola, ou de Moçambique” é a esposa do “marido infiel [...], o idioma português, razão pela qual este não deve fazer cena quando “flagra” a sua dona numa “paquera”, num “amasso” ou numa “transa”. Essas passagens não podem ser lidas ao pé da letra, ou seja, literalmente, sob pena de se interpretar equivocadamente o sentido pretendido. Em outras palavras, tanto um quanto o outro são passíveis de mudanças por serem as línguas organismos vivíveis e, por conta disso, mutáveis. Nesse sentido, as atitudes conferidas tanto ao português quanto à fala lusitana em países africanos não os transformam em seres desumanizados, em coisas, pelo contrário, a ambos são atribuídas características humanizadas e não a coisificação, segundo argumenta o candidato. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 16

CANDIDATO: Priscila Cristina Avila de Oliveira

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: A questão solicitou qual ÓRGÃO, na esfera federal, é o responsável pela gestão financeira dos recursos destinados ao SUS e a resposta correta é a letra B, visto que o FNS (Fundo Nacional de Saúde) foi instituído pelo Decreto Nº 64.867, de 24 de julho de 1969, como o gestor financeiro dos recursos destinados a financiar as despesas correntes e de capital do Ministério da Saúde, bem como dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Não poderá ser confundido com as funções do CNS (Conselho Nacional de Saúde) de fiscalização, avaliação e controle social das despesas dos serviços públicos de saúde, e das políticas públicas de saúde nas suas mais diferentes áreas e unidades orçamentárias. Além disso, o CNS não é constituído como um órgão na estrutura pública organizacional, e sim, uma instância colegiada para deliberações participativas da sociedade. Portanto, conforme solicitado na questão em tela, o órgão responsável pela gestão financeira é o FNS, deixando-a com uma única resposta, alternativa B.

<https://portalfns.saude.gov.br/sobre-o-fns/>

<http://conselho.saude.gov.br/apresentacao-cns> http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm

QUESTÃO Nº 18

CANDIDATO: Nathana Gabriela de Sene Batista Marques

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: A taxa de mortalidade é expressa pelo número de óbitos dividido pelo número de habitantes, em determinado local e tempo multiplicado por um unidade base referencial para a população exposta arbitrária, podendo ser por 100, 1000, 100000 etc. No caso em tela foi solicitado a expressão da taxa em percentual e não por mil.

Sendo assim: $\frac{16 \text{ óbitos}}{200.000 \text{ hab}} \times 100 = 0,008\%$ que equivale a $\frac{16 \text{ óbitos}}{200.000 \text{ hab}} \times 1000 = 0,08$ (por mil)

QUESTÃO Nº 22

CANDIDATO: Eliane Aparecida Canasse da Costa; Leila Pereira de Jesus Silva; Lucimara Pereira Gonçalves

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: A alternativa A está correta no início de sua construção, quando afirma que o programa *pretende ofertar ações de saúde em horários flexíveis para a população* e se torna incorreta a partir da segunda parte de sua frase *...atendendo o indivíduo no momento em que decidir procurar a unidade de saúde*.

A proposta do Programa Saúde na Hora é de ESTENDER o horário de funcionamento durante os dias de semana e/ou finais de semanas para melhorar o acesso da população aos serviços de Atenção Primária de Saúde. Em momento algum o programa propôs um serviço de assistência em horário integral que possibilitasse o usuário decidir procurá-lo no momento que bem decidir. Sendo assim, o usuário poderá ser atendido somente nos horários de atendimento, não a qualquer momento baseado em seu desejo de ser atendido.

Sobre a sustentação de que o enunciado teria inferido que análise dos objetivos do programa deveriam ser relacionados a portaria de lançamento de 2019, demonstra falta de atenção ao mesmo. Visto que o enunciado da questão não solicita os objetivos do programa presentes em portaria específica (não cita o número da portaria), seja na portaria de lançamento ou na portaria de revisões, apenas cita o momento de sua criação em 2019 e solicita conhecimento sobre o programa e seus objetivos.

Assim, mantém-se a alternativa A como única resposta para a questão.

QUESTÃO Nº 31

CANDIDATO: Natália de Toledo Silvério

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: As Precauções Padrão incluem o uso de barreiras (Equipamento de Proteção Individual) e são aplicadas todas as vezes em que houver a possibilidade de contato com sangue, secreções, excreções e fluidos corpóreos (exceto suor), mucosas e pele não-integra.

Conferir em: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde. Construindo a política nacional de biossegurança e bioproteção. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

QUESTÃO Nº 33

CANDIDATO: Sandra Renata da Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Todas as alternativas são verdadeiras. Conforme ampla literatura da área o Processo de Enfermagem é uma ferramenta que o enfermeiro dispõe para proporcionar uma assistência de qualidade e com menor risco ao paciente.

Conferir em: Resolução Cofen Nº 0509/2016; Lei 7498/86.

QUESTÃO Nº 34

CANDIDATO: Sandra Renata da Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Para situações em que há indicação, a vacina contra a hepatite B (recombinante) pode ser administrada na sala de vacinação ou no Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE), para os usuários:

- Portadores de HIV/aids;
- Portadores de asplenia anatômica ou funcional e doenças relacionadas;
- Em convívio domiciliar contínuo com portadores do vírus da hepatite B
- Doadores e transplantados de órgãos sólidos ou de medula óssea;
- Com imunodeficiência congênita ou adquirida;
- Com doenças autoimunes;
- Com doenças do sangue;
- Com fibrose cística (mucoviscidose);
- Portadores de hepatopatias crônicas e hepatite C;
- Portadores de doenças renais crônicas e/ou que fazem diálise e/ou hemodiálise;
- Imunodeprimidos;
- Portadores de neoplasias.

Conferir em: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

QUESTÃO Nº 37

CANDIDATO: Leila Pereira de Jesus Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: No contexto proposto na questão (paciente consciente, com hipóxia de moderada a grave, que necessita de alto fluxo de oxigênio e controle rigoroso da quantidade de oxigênio ofertada), é indicado o fornecimento de oxigênio através da máscara de Venturi sendo a mesma indicada para pacientes com hipoxemia de moderada a grave, que necessitam de controle rigoroso da oferta de oxigênio.

Conferir em: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de Intervenção para o SAMU 192 - Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

QUESTÃO Nº 38

CANDIDATO: Leila Pereira de Jesus Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Nos casos de acidente por vacina antirrábica animal de vírus inativado, não há recomendação de esquema profilático da raiva humana. O contato indireto é aquele que ocorre por meio de objetos ou utensílios contaminados com secreções de animais suspeitos. Nesses casos, indica-se apenas lavar bem o local com água corrente e sabão. A lambadura de mucosas é considerada um acidente grave, porque as mucosas são permeáveis ao vírus, mesmo quando intactas, e as lambeduras geralmente abrangem áreas mais extensas.

Conferir em: Brasil. Ministério da Saúde. Normas técnicas de profilaxia da raiva humana – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

QUESTÃO Nº 39

CANDIDATO: Sandra Renata da Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: As características citadas no enunciado se referem a uma urgência hipertensiva, pois normalmente o paciente está assintomático, a pressão arterial deve ser controlada em até 24 horas e com uso de medicação oral.

Conferir em: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CARGO: FARMACÊUTICO

QUESTÃO Nº 04

RECURSO: **DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA**

JUSTIFICATIVA: O candidato tem razão quando aponta “um erro na escrita” da palavra “mestre-sala”, quando deveria ser grafado “mestre-escola”, conforme consta no texto da prova. Pelos motivos expostos, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO Nº 29

CANDIDATO: Mozer de Souza Ribeiro

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: O enunciado da questão, solicita a indicação da alternativa correta no que se refere a unitarização de doses de medicamentos. Vejamos:

“Os medicamentos nas apresentações de frasco-ampola, ampola, seringa preenchida, flaconete, sachê, envelope, blister e strip podem ser fracionados e dispensados de forma fracionada” Página 11.

“A unitarização de doses em serviços de saúde é um procedimento realizado sob responsabilidade e orientação do farmacêutico, que consiste na subdivisão da embalagem primária do medicamento em frações menores, a partir da sua embalagem original, mantendo os seus dados de identificação e qualidade. (MELLO, 2007).”

“O fracionamento e a dispensação devem ser realizados no mesmo estabelecimento, sendo exclusivo para o este fim.”

“Os medicamentos prescritos devem ser embalados em embalagem plástica transparente, cujas dimensões podem variar de acordo com a quantidade de medicamento, ou com os horários de administração de doses. (MAIA NETO, 2005).”

Fonte: [http://revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=viewFile&path\[\]=5&path\[\]=2](http://revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=viewFile&path[]=5&path[]=2)

Maia Neto, J. F. Farmácia Hospitalar e suas interfaces com a saúde, 1 ed. São Paulo, Rx Editora & Publicidade, 2005: Cap. 2, p. 33, 40

Mello DR. Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em far- mácias e seus Anexos. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC 67, 2007. Disponível em: . Aces- so em: 17 jul. 2009 às 19: 50 horas

QUESTÃO Nº 40

CANDIDATO: Mozer de Souza Ribeiro

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: O enunciado da questão, solicita a indicação da alternativa correta no que se refere as vias de administração de fármacos. Vejamos:

A injeção de fármacos por via subcutânea ou intramuscular geralmente produz um efeito mais rápido que a administração oral, mas a velocidade da absorção depende muito do local da injeção e do fluxo sanguíneo local. Os fatores limitantes da velocidade de absorção no local da injeção são:

- Difusão através do tecido.
- Remoção pelo fluxo sanguíneo local.

A absorção no local da injeção (às vezes desejável, mas não sempre; mais adiante) aumenta quando o fluxo sanguíneo aumenta. A *hialuronidase* (uma enzima que degrada a matriz extracelular, aumentando, assim, a difusão) também amplia a absorção no local da injeção. Por outro lado, a absorção está reduzida em pacientes com insuficiência circulatória (“choque”), nos quais a perfusão tecidual está reduzida (Cap. 22).

Fonte: Farmacologia, Rang & Dale 8ª edição – Página 111.

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

QUESTÃO Nº 05

CANDIDATO: Jéssica Ribeiro Dias; Karen Alessandra Saldanha Pereira; Núbia Maria de Souza Rodrigues do Carmo

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: A leitura envolve, pois, o contexto de uso das palavras, ou seja, em que sentido foram empregadas para a construção dos argumentos e da defesa do ponto de vista de seu produtor. Com referência à questão, o enunciado é bem claro e nela não se questiona qual recurso argumentativo foi usado. Ele já está informado previamente: as citações, uma estratégia discursiva encontrada no argumento de autoridade (com o qual concorda o candidato na formulação de seu recurso), que se apoia no saber notório de uma autoridade reconhecida em um certo domínio de conhecimento (no caso, Machado de Assis, cuja fortuna crítica enriquece o panteão literário brasileiro). Trata-se, portanto, de um modo de trazer para o enunciado a credibilidade da autoridade citada, no caso, o carioca artista da palavra. Assim posto, para refletir acerca de ser adequado ou não o uso da expressão “a gente” no lugar do pronome “nós”, Sérgio Rodrigues se apoia na escrita desta indiscutível personalidade da ficção (e, não, “personagem da ficção”, engano interpretativo presente no relato do recurso), Machado de Assis – que foi e continua sendo um dos maiores e mais renomados escritores realistas brasileiros, conhecido como “o bruxo das palavras” –, para nos dizer que sendo ele um autor canônico e da tradição romanesca nacional, não deixou de usar em suas obras literárias a referida expressão, que é informal

e coloquial. As citações com as quais o cronista ilustra seu texto foram transcritas de alguns dos contos e dos romances machadianos "Memórias Póstumas de Brás Cubas" e "Dom Casmurro". Ele confirma isso a partir do quarto parágrafo no qual menciona "uma seleção de usos cultíssimos de "a gente" com o sentido de "nós" colhidos em textos clássicos de nossa literatura (século 19, oi!)". E conclui: "Acho que, com a ajuda do maior escritor nascido neste país falante de português (obviamente se referindo a Machado de Assis), a gente já pode declarar antipatriótica a perseguição movida contra "a gente". Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 07

CANDIDATO: Ana Letícia dos Reis

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O enunciado da questão solicita a análise de duas asserções e a relação proposta entre elas, considerando-se a seguinte passagem do texto: "Na vida, o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças obriga a gente a calar os trapos velhos...". Consta-se que ambas estão corretas, segundo se demonstra. A primeira declara: "Para alguns gramáticos, o sujeito composto e da 3ª pessoa, sendo anteposto ao verbo, leva geralmente este para o plural". Assim, de acordo com a norma-culta, o certo é grafar "obrigam". Segundo a gramática normativa, esta é a regra. Todavia, a segunda asserção também está correta: "para outros gramáticos, é lícito, mas não obrigatório, deixar o verbo no singular. Cegalla (2010, p. 450) confirma esse postulado e assim se posiciona a respeito: "O sujeito, sendo composto e anteposto ao verbo, leva geralmente este para o plural: 'Vida, graça, novidade escorriam-lhe da alma como de uma fonte perene.' [...] É lícito (mas não obrigatório) deixar o verbo no singular quando os núcleos do sujeito formam sequência gradativa", como é o caso de "olhar, contraste, luta". Diante do exposto, o recurso está indeferido.

Referência: CEGALLA, D. Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 2010, p. 450.

QUESTÃO Nº 09

CANDIDATO: Fábio Augusto de Faria Cintra; Rafael Castriota Salerno; Rosilda Aparecida Goulart Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão solicita uma análise acerca do que se afirma sobre a colocação pronominal. Assim, no período "O que não faz sentido é tentar expulsar da norma culta tudo o que é informal, como se só coubesse nela o livresco, o empertigado, o que fica distante da fala...", a expressão "como se" é uma locução conjuntiva (conjunto de duas ou mais palavras que, juntas, atuam como uma conjunção, ligando orações). Como se observa – e é importante lembrar que, nos textos, toda palavra precisa ser analisada no seu contexto de uso e, não, isoladamente – ela inicia a oração responsável por fazer um confronto, um paralelo, uma comparação hipotética (CEGALLA, 2010, p. 397) com o que foi manifestado na oração anterior, ou seja "O que não faz sentido é tentar expulsar da norma culta tudo o que é informal". Portanto, o "se" não é um pronome oblíquo. O termo faz parte da referida locução, conforme se demonstrou. Equivoca-se o candidato na sua argumentação ao afirmar haver um erro de colocação pronominal e, conseqüentemente, pleitear que "como" é uma partícula que atrai o pronome átomo "se", pelos motivos expostos. Recurso indeferido.

Referência: CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

QUESTÃO Nº 12

CANDIDATO: Karen Alessandra Saldanha Pereira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: De acordo com o texto, é correto afirmar que a tentativa de produzir humor, no texto, reside no comportamento responsivo de Anésia. Ela só escuta a amiga que fala sem parar. No final, é firme, incisiva, direta, mordaz, cortante, sem rodeios ou meios-termos para dar uma resposta curta e sintética quando ela lhe pergunta: "Cadê meu óculos? Não me lembro onde deixei". É nesse aspecto que reside o humor da história em quadrinhos: "Serve este na sua cara?". Esse final traz graça à conversação, não a da gargalhada ou do riso alto, mas a da situação bem-humorada. Diante do exposto, equivocou-se o candidato ao afirmar que Anésia não responde, pois é exatamente essa atitude que caracteriza o humor da tira: a atitude responsiva de Anésia. Recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 13

CANDIDATO: Nádia Dutra Campos; Renata Campos Yonezawa

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A regência verbal é determinada pelo sentido em que o verbo é usado na frase. Logo, para analisar a transitividade de um verbo, sempre terá de ser observado o contexto em que ele é utilizado. Na frase "A rifa me custou 10 mil cruzeiros.", tem-se um período simples, com uma oração absoluta. O sujeito simples é "A rifa" e o predicado é verbal: "me custou 10 mil cruzeiros". Nesse contexto de uso, o verbo "custar" é transitivo direto e indireto (bitransitivo), pois exige dois objetos: o objeto direto é "10 mil cruzeiros" e o objeto indireto é "me". O sentido mais usual desse verbo é apresentar o sentido de "ter valor" e, nesse contexto, ele é transitivo direto: "A rifa custou 10 mil cruzeiros"; "A rifa custou muito caro". Somente significando "ser difícil", ele é intransitivo: "Custa muito corrigir um erro" (A correção do erro custa muito). Fere-se a norma-padrão ao se afirmar que ele é intransitivo e que a indicação de preço constitui adjunto adverbial na passagem exemplificada. Assim, e diferentemente do alegado na argumentação do candidato, no trecho transcrito ele aparece empregado em outro contexto, comprovando-se sua bitransitividade, segundo se demonstrou. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 14

CANDIDATO: Fábio Cardoso Cunha; Rosilda Aparecida Goulart Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Segundo as regras do português, conforme ensinam as gramáticas, há concordância nominal em gênero (masculino ou feminino) e número (plural ou singular) entre o substantivo e os diversos termos da oração que se relacionam com ele, como adjetivos, artigos pronomes, numerais. "Óculos" é um substantivo masculino plural, sendo "óculo" a sua forma no singular. Essa grafia, contudo, não é comumente utilizada pelos falantes da língua. Assim, a palavra "óculos" é considerada um caso de *pluralia tantum*, ou seja, uma palavra utilizada no plural

para indicar um único objeto composto por duas partes simétricas. O mesmo ocorre com as palavras “calças” e “binóculos”. O erro na expressão “meu óculos” ocorre porque, inadequadamente, a palavra óculos é assumida como um substantivo de dois números, que se mantém invariável quer no singular, quer no plural, como “pires”, “ônibus” e “lápís”. Nos casos de *pluralia tantum*, também se pode optar pelo uso da expressão “um par de”. Assim, podemos dizer: um par de óculos, um par de calças, um par de binóculos. Nos textos, as palavras adquirem sentidos de acordo com o contexto em que são empregadas. A partir dessas considerações, torna-se possível perceber que, nas asserções, não se afirma estar a expressão “meu óculos” de acordo com a norma-padrão. O que se solicita do candidato é uma leitura comparativa, analógica, entre o que os gramáticos dizem e o que propõe Sérgio Rodrigues no seu texto. Assim posto, conforme o autor, estando a língua portuguesa em constante alteração, evolução e atualização e sendo muito defendido atualmente que o uso faz a regra e não o contrário, alguns gramáticos começam a considerar que a expressão “meu óculos” poderá ficar consagrada (e, não, já está consagrada) pelo uso, passível de ser utilizada em contexto coloquial e informal, não no registro formal, na língua culta. Diante do exposto, as duas assertivas estão corretas e a segunda complementa a primeira. Recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 19

CANDIDATO: Ana Letícia dos Reis; Rafael Castriota Salerno; Rosilda Aparecida Goulart Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata se insurge contra a questão 19 por supostamente conter duas questões corretas. Não assiste razão a candidata. Para que a alternativa A estivesse correta não seria possível ao servidor público civil fazer greve, estando a norma sem qualquer tipo de eficácia. Desse modo o direito de greve pode ser exercido mesmo sem a regulamentação da lei específica. Dito isto, indefere-se o presente recurso. Outros dois candidatos se insurgem contra a mesma questão por cobrar entendimento doutrinário minoritário da doutrina segundo o qual lei específica de cada ente da federação deveria fazer lei regulamentadora da greve do servidor público e que seria necessário conhecer a CLT para responder à questão. Não assiste razão aos candidatos. A questão não trata de entendimento doutrinário e a questão não exige conhecimento da legislação trabalhista, apenas que o servidor público pode fazer greve, conforme entendimento do STF. Destaca-se que a questão é de conhecimento básico e deveria ser de pronta resposta para todos os que pretendem se tornar, justamente, servidores públicos. Dito isto, indefere-se o presente recurso.

QUESTÃO Nº 21

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: Os candidatos se insurgem contra a questão 23 e solicita anulação da questão. Assiste razão ao candidato. A ausência da palavra até torna a alternativa A também incorreta. Dito isto, defere-se o presente recurso para anulação da questão.

QUESTÃO Nº 22

CANDIDATO: Núbia Maria de Souza Rodrigues do Carmo; Rosilda Aparecida Goulart Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Os candidatos se insurgem contra a questão 22 e alteração do gabarito para a alternativa A. Não assiste razão aos candidatos. A questão cobra o conhecimento do entendimento da exceção a súmula vinculante nº 13 do STF. Para cargos de primeiro escalão, como de secretário municipal, não se aplica a vedação da nomeação de parentes. Dessa forma o irmão pode ser secretário e a mãe não pode ser nomeada, tendo em vista não se tratar de cargo de primeiro escalão. Dito isto, indefere-se o presente recurso.

QUESTÃO Nº 23

CANDIDATO: Fábio Barbosa Cunha; Jéssica Ribeiro Dias

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Os candidatos se insurgem contra a questão 23 e solicitam anulação da questão tendo em vista a existência de duas alternativas corretas. Não assiste razão aos candidatos. A alternativa B está incorreta pois designa conceito de serviço público, conforme balizada doutrina (podemos citar Di Pietro, Matias-Pereira entre outros) e não o conceito de Administração Pública. A candidata inclusive cita a Di Pietro para fundamentar seu ponto de vista, ocorre que a citada autora na página 149 do seu livro Direito Administrativo (35ª ed. 2022) traz exatamente o enunciado da alternativa B como conceito de serviço público. Dito isto, indefere-se o presente recurso.

QUESTÃO Nº 36

CANDIDATO: Fábio Augusto de Faria Cintra; Guilherme de Andrade Chaves; Jéssica Ribeiro Dias; Nádia Dutra Campos; Rafael Castriota Salerno; Rafael Felipe Santos Ribeiro; Renata Campos Yonezawa; Rosilda Aparecida Goulart Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão, alvo do recurso, em nenhum momento indica transferência de poder a terceiro a par da Administração Pública Direta. Assim, considera-se a criação de órgãos, desprovidos de personalidade jurídica, feita pela Administração Pública direta, a fim de desconcentrar as competências, prezando pelo Princípio da Eficiência.

Segundo a doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a desconcentração consiste na distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica. Não havendo, na alternativa, indicação de distribuição de competências de para terceiro, seja pessoa física ou jurídica.

Saliento ainda que, o Poder Judiciário não analisa critérios de formulação e correção de provas em concursos públicos, salvo nos casos de ilegalidade ou inobservância das regras do edital, vejamos:

“Precedentes: RMS 41785/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2013, DJe 16/12/2013; AgRg no RMS 25608/ES, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEXTA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 23/09/2013; RMS 36596/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2013, DJe 12/09/2013; MS 19068/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 01/07/2013; AgRg nos EAREsp 130247/MS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/05/2013, DJe 29/05/2013; RMS 35595/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/04/2013, DJe 16/04/2013; AgRg no AREsp 23496/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/09/2012, DJe

24/09/2012; AgRg no AREsp 187044/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/08/2012, DJe 10/08/2012; AgRg no RMS 21654/ES, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2012, DJe 14/03/2012; RMS 35152/ SC (decisão monocrática), Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, julgado em 11/02/2014, DJe 21/02/2014; REsp 1350290/DF (decisão monocrática), Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, julgado em 04/11/2013, DJe 12/11/2013; RMS 38068/DF (decisão monocrática), Rel. Ministro ARI PARGENDLER, julgado em 22/11/2012, DJe 26/11/2012. (VIDE INFORMATIVOS DE JURISPRUDÊNCIA N. 416, 424 e 428) (VIDE REPERCUSSÃO GERAL NO RE 632853/CE)”

E ainda que conste no enunciado da questão “a luz da Constituição Federal”, a banca examinadora pode exigir conhecimento sobre legislação superveniente à publicação do edital, desde que vinculada às matérias nele previstas.

“Precedentes: AgRg no RMS 21654/ES, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2012, DJe 14/03/2012; RMS 33191/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011; AgRg no RMS 22730/ES, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/04/2010, DJe 10/05/2010; RMS 21743/ES, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 09/10/2007, DJ 05/11/2007. (VIDE INFORMATIVOS DE JURISPRUDÊNCIA N. 357)” Pelo exposto, prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.

CARGO: FISIOTERAPEUTA

QUESTÃO Nº 01

CANDIDATO: Bárbara Martins de Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O primeiro parágrafo do texto de João Pereira Coutinho, do qual se criou a questão 01 da prova de Língua Portuguesa é: “São Paulo, 11 horas da manhã. Entro no táxi, indico o endereço ao motorista, o carro inicia a viagem. Conversamos. Política, pandemia, trânsito na cidade. A certa altura, ele pergunta: “De onde você é?”. Respondo, um pouco surpreso: “Portugal”. Ele sorri e depois elogia: “Você fala muito bem a nossa língua”. Observa-se que ele é **predominantemente** narrativo, como se afirma na alternativa “D” da questão. Assim posto e considerando-se a interação entre os personagens – o narrador e o motorista –, há a alternância entre perguntas e respostas, identificadas pelas aspas (e não por travessões), as marcas de espaço (São Paulo) e de tempo (11 horas da manhã), além das ações propriamente ditas. Dito dessa maneira, não é possível aceitar, como argumenta o candidato, que existem marcas acentuadas de descrição nesse parágrafo. Na verdade, o que ele faz é confundir narração e descrição. Há uma diferença entre esses tipos textuais. No primeiro, como no referido parágrafo, há uma sucessão de acontecimentos, uma sequência de ações contadas por um narrador. O segundo tipo, que inexistente nesse parágrafo, resume-se à descrição física, sensorial, psicológica, em detalhes, pormenores, minúcias, de algo ou de alguém. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 04

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato tem razão quando aponta “um erro na escrita” da palavra “mestre-sala”, quando deveria ser grafado “mestre-escola”, conforme consta no texto da prova. Pelos motivos expostos, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO Nº 05

CANDIDATO: Bárbara Martins de Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O candidato se equivoca por não compreender que a questão trata da interpretação do contexto de uso em que as palavras são empregadas, ou seja, que se atribuem características humanas ao idioma luso e à língua portuguesa falada no Brasil. Prosopopeia é um recurso expressivo que consiste em atribuir qualidades e sentimentos humanizados a seres irracionais e inanimados”. No caso, a “fala do Brasil, ou de Angola, ou de Moçambique” é a esposa do “marido infiel [...]”, o idioma português, razão pela qual este não deve fazer cena quando “flagra” a sua dona numa “paquera”, num “amasso” ou numa “transa”. Essas passagens não podem ser lidas ao pé da letra, ou seja, literalmente, sob pena de se interpretar equivocadamente o sentido pretendido. Em outras palavras, tanto um quanto o outro são passíveis de mudanças por serem as línguas organismos vivíveis e, por conta disso, mutáveis. Nesse sentido, as atitudes conferidas tanto ao português quanto à fala lusitana em países africanos não os transformam em seres desumanizados, em coisas, pelo contrário, a ambos são atribuídas características humanizadas e não a coisificação (segundo argumenta o candidato), na medida em que se comportam como um “casal” (marido e mulher). Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 07

CANDIDATO: Jéssica Garcez Gabricho

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: No trecho “Talvez o meu português seja mesmo diferente do dele. Talvez ele fale “português” e o meu português seja uma melodia parecida, familiar, quase igual. Quase. Será?”, o emprego da forma verbal interrogativa (“Será?”) sugere um procedimento argumentativo porque explícita a incerteza do narrador diante do questionamento que faz. Não há respostas para essa indagação ao longo do texto, pois, como afirma o narrador, “É uma hipótese que não me perturba”. O tom adotado também não é laudatório, apologético, ou seja, não se celebra, glorifica ou elogia nada a respeito, nem “sugere um procedimento de dúvida/hipótese”, como, equivocadamente, postula o candidato em sua argumentação. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 13

CANDIDATO: Bárbara Martins de Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão apresentou duas asserções, solicitando do candidato a análise entre elas e, conseqüentemente, a escolha da verdadeira. Para tanto, exemplificou com o seguinte trecho transcrito do texto: “A verdade é que a língua portuguesa sempre foi assim.”. No período composto, a primeira oração é a principal e não depende, sintaticamente, da segunda porque, sendo esta segunda a subordinada – “que a língua portuguesa sempre foi assim.”, –: completa o sentido da primeira oração, da qual depende, e exerce a função de predicativo do sujeito (CEGALLA, 2010, p. 378). Em outras palavras, a oração principal – “A verdade é” – do ponto de vista sintático está completa: sujeito (“A verdade”), predicado nominal (“é”), predicativo do sujeito (a oração seguinte, que é subordinada, substantiva predicativa). Esta oração, sim, completa o sentido da primeira, da qual depende, funcionando como predicativo do sujeito (CEGALLA, 2010, p. 385). Assim posto, equivoca-se o candidato ao pleitear que, entre as duas asserções, a primeira é falsa e a segunda é verdadeira. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

Referência: CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010, p. 378; 385.

QUESTÃO Nº 16

CANDIDATO: Douglas Borges Lima

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão solicitou qual **ÓRGÃO**, na esfera federal, é o responsável pela gestão financeira dos recursos destinados ao SUS e a resposta correta é a letra B, visto que o FNS (Fundo Nacional de Saúde) foi instituído pelo Decreto Nº 64.867, de 24 de julho de 1969, como o gestor financeiro dos recursos destinados a financiar as despesas correntes e de capital do Ministério da Saúde, bem como dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Não poderá ser confundido com as funções do CNS (Conselho Nacional de Saúde) de fiscalização, avaliação e controle social das despesas dos serviços públicos de saúde, e das políticas públicas de saúde nas suas mais diferentes áreas e unidades orçamentárias. Além disso, o CNS não é constituído como um órgão na estrutura pública organizacional, e sim, uma instância colegiada para deliberações participativas da sociedade. Portanto, conforme solicitado na questão em tela, o órgão responsável pela gestão financeira é o FNS, deixando-a com uma única resposta, alternativa B.

<https://portalfns.saude.gov.br/sobre-o-fns/>

<http://conselho.saude.gov.br/apresentacao-cns> http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm

QUESTÃO Nº 20

CANDIDATO: Isabela Freitas Faria Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A doença x de fato é considerada de baixa mortalidade (0,008%), porém a alternativa C faz referência a mortalidade proporcional. Esta depende do denominador de óbitos na população geral, que não foi informado no enunciado, portanto não há elementos para afirmar a baixa mortalidade proporcional. Segue a alternativa D como única resposta para a questão.

QUESTÃO Nº 22

CANDIDATO: Bárbara Martins de Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata alega que a alternativa A está correta, quando compreende que **“o indivíduo será atendido no momento em que ele decidir procurar a unidade de saúde, pois é seu direito procurar a USF no momento em que ele quiser”**. No entanto, a proposta do Programa Saúde na Hora é de ESTENDER o horário de funcionamento durante os dias de semana e/ou finais de semanas para melhorar o acesso da população aos serviços de Atenção Primária de Saúde. Em momento algum o programa propôs um serviço de assistência em horário integral que possibilitasse o usuário decidir procurar no momento que bem decidir. Sendo assim, o usuário poderá ser atendido somente nos horários de atendimento, não a qualquer momento baseado em seu desejo de ser atendido. Além de considerar a alternativa A como correta, também sustenta que o objetivo citado na alternativa D não estaria correto, pois a portaria de lançamento não previa o suporte para o enfrentamento do covid19, e que este ocorreu somente na portaria de revisão em 2020. No entanto o enunciado da questão não solicita os objetivos do programa presentes em portaria específica (não cita o número da portaria), seja na portaria de lançamento ou nas portarias de revisões, apenas cita o momento de sua criação em 2019 e solicita conhecimento sobre o programa e seus objetivos. Portanto, sem fundamentação para alteração de resposta.

QUESTÃO Nº 27

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: Devido a existência de literaturas que utilizam o termo eixo frontal, tanto quanto, o termo eixo transversal, fica anulada a questão.

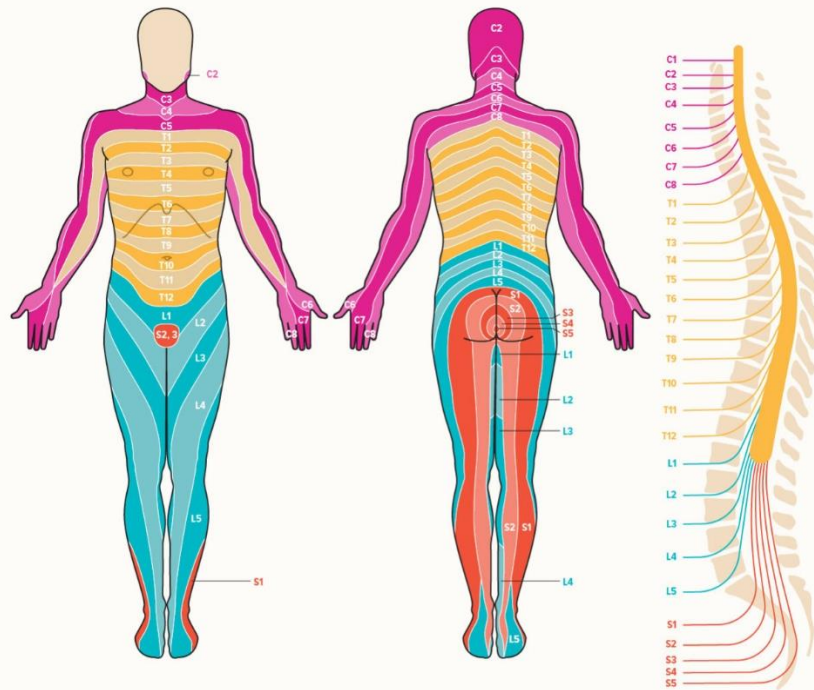
QUESTÃO Nº 31

CANDIDATO: Bárbara Martins de Oliveira; Fernanda Moura Brasil Oliveira; Isabela Freitas Faria Oliveira; Jéssica Garcez Gabricho

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A referência utilizada pelos candidatos sobre a inervação da raiz de L4 está correta, porém incompleta. A raiz de L4, além de inervar o maléolo medial da perna, inerva também a parte anterior da coxa e a lateral do quadril, como mostra a imagem abaixo. Ainda, não necessariamente o nervo responsável por atividade reflexa é o mesmo responsável pela sensibilização dérmica.

Dermatomes



Healthline – Written by Jill Seladi- Schulman, Ph.D. and reviewd by Seunggu Han, M.D. – June 13, 2019

QUESTÃO Nº 32

CANDIDATO: Isabela Freitas Faria Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O significado da palavra “asepsia” é, segundo o dicionário Oxford Languages, ausência de matéria séptica (infecciosa, patogênica). Conjunto de meios para impedir a entrada de germes patogênicos no organismo e prevenir infecções. A utilização do calor, como recurso terapêutico na fisioterapia, não é contra indicada em situação de ausência de matéria séptica (não há relação lógica para o fato, inclusive), nem a partir da utilização de um conjunto de meios para impedir a entrada de germes patogênicos no organismo. Não há relato igual ou sequer semelhante em livros de termoterapia consagrados na profissão da fisioterapia, como por exemplo, o livro do Dr. Jones E. Agnes sobre eletrotermofoterapia.

QUESTÃO Nº 33

RECURSO: DEFERIDO - QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: Não há alternativa que atende ao enunciado da questão.

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

QUESTÃO Nº 04

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato tem razão quando aponta “um erro na escrita” da palavra “mestre-sala”, quando deveria ser grafado “mestre-escola”, conforme consta no texto da prova. Pelos motivos expostos, a questão deve ser anulada.

CARGO: MÉDICO CLÍNICO

QUESTÃO Nº 04

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato tem razão quando aponta “um erro na escrita” da palavra “mestre-sala”, quando deveria ser grafado “mestre-escola”, conforme consta no texto da prova. Pelos motivos expostos, a questão deve ser anulada.

CARGO: MÉDICO PSF

QUESTÃO Nº 04

RECURSO: **DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA**

JUSTIFICATIVA: O candidato tem razão quando aponta “um erro na escrita” da palavra “mestre-sala”, quando deveria ser grafado “mestre-escola”, conforme consta no texto da prova. Pelos motivos expostos, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO Nº 14

CANDIDATO: Dargel Ricardo Suarez Gomez

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: O enunciado da questão solicitou do candidato verificar em qual frase das alternativas a expressão negritada, de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, poderia ser substituída de forma correta pelo termo respectivamente indicado entre colchetes. Assim posto, a alternativa certa apresentava o seguinte período: “Alguns habitantes ilustres da Península Ibérica, durante o século 6º, **conheciam** o galego e o espanhol”. Nesse caso, sem prejuízo para o sentido, o verbo, estando flexionado no plural, deveria ser substituído por “eram versados em”, para concordar com o sujeito também no plural: “Alguns habitantes ilustres da Península Ibérica”. Equivoca-se o candidato quando pleiteia estar correta, também, a substituição proposta na alternativa “D”. No período “João Pereira Coutinho **considera que** o livro ‘Assim nasceu uma língua’, de Fernando Venâncio, é de leitura fundamental.” o verbo “considerar” é transitivo direto e seu objeto direto, complemento verbal não preposicionado, é a oração seguinte, subordinada substantiva objetiva direta. Substituindo-se o referido verbo por “acredita-se de que”, haverá uma inadequação quando à regência verbal, pois o verbo “acreditar” também é transitivo direto e não é regido por preposição. O certo é grafar: “João Pereira Coutinho **acredita que** o livro “Assim nasceu uma língua”, de Fernando Venâncio, é de leitura fundamental.”. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 18

CANDIDATO: Dargel Ricardo Suarez Gomez

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: A taxa de mortalidade é expressa pelo número de óbitos dividido pelo número de habitantes, em determinado local e tempo multiplicado por um unidade base referencial para a população exposta arbitrária, podendo ser por 100, 1000, 100000 etc. No caso em tela foi solicitado a expressão da taxa em percentual e não por mil.

Sendo assim: $\frac{16 \text{ óbitos}}{200.000 \text{ hab}} \times 100 = 0,008\%$ que equivale a $\frac{16 \text{ óbitos}}{200.000 \text{ hab}} \times 1000 = 0,08$ (por mil)

QUESTÃO Nº 20

CANDIDATO: Dargel Ricardo Suarez Gomez

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: O tempo utilizado para os cálculos epidemiológicos foi de 1 ano, conforme o enunciado da questão. Para o cálculo de incidência e prevalência são necessários as informações do número de casos novos e antigos. Assim, a única resposta correta é a alternativa D, visto que a doença X é de baixa mortalidade (0,008%), portanto pode ser considerada uma doença rara e grave devido a sua alta letalidade 16 mortes/20 doentes, equivalente a 80%.

QUESTÃO Nº 24

CANDIDATO: Dargel Ricardo Suarez Gomez

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: O candidato argumentou que a questão teria duas alternativas incorretas, compreendendo que **“Cogestão seria um instrumento teórico e prático que visa contribuir para uma abordagem clínica do adoecimento, que considera a individualidade e a complexidade do processo saúde-doença”** No entanto não apresenta nenhuma fundamentação teórica para o seu raciocínio, além apresentar o recurso com letras ilegíveis, dificultando a compreensão de sua argumentação.

QUESTÃO Nº 26

CANDIDATO: Dargel Ricardo Suarez Gomez

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: Conforme Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Acromegalia, o diagnóstico de acromegalia é feito pela suspeita clínica, por comprovação de excesso hormonal em exames laboratoriais e por exames de imagem para determinação da causa de excesso de GH (16-18).

“Por ser uma doença insidiosa, o atraso no diagnóstico em geral é de 7 a 10 anos. Os sintomas da acromegalia podem decorrer do próprio tumor hipofisário produtor de GH, como defeitos visuais, paralisia de nervos cranianos (por invasão de seio cavernoso) e cefaleia, ou resultar do excesso de GH e de IGF-1 (1,2).”

Fonte: https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/pcdt_acromegalia_full.pdf/view

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 7 DE JANEIRO DE 2019

Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Acromegalia

QUESTÃO Nº 32

RECURSO: **DEFERIDO - QUESTÃO ANULADA**

JUSTIFICATIVA: O uso do termo “único” limitou o entendimento da alternativa, prejudicando a resolução da questão. Portanto, fica anulada a questão.

QUESTÃO Nº 33**CANDIDATO:** Dargel Ricardo Suarez Gomez**RECURSO:** INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: "A Leptospirose icterica está associada a aumentos séricos de bilirrubina direta, que pode ser diferenciada de hepatites virais pelos achados de aumento nos níveis de CPK.."

"A maioria dessas doenças é de ordem parasitária ou são transmitidas por vetores (organismos que servem de veículo para a transmissão de doenças, ex: mosquitos, moluscos). Os principais exemplos são **esquistossomose, leishmaniose, leptospirose e hanseníase.**"

Fontes: [https://www.ufpb.br/cim/contents/menu/publicacoes/cimforma/doencas-](https://www.ufpb.br/cim/contents/menu/publicacoes/cimforma/doencas-endemicas#:~:text=A%20maioria%20dessas%20doen%C3%A7as%20%C3%A9,%20leishmaniose%20leptospirose%20e%20hansen%C3%A9ase.)

[endemicas#:~:text=A%20maioria%20dessas%20doen%C3%A7as%20%C3%A9,%20leishmaniose%20leptospirose%20e%20hansen%C3%A9ase.](https://www.ufpb.br/cim/contents/menu/publicacoes/cimforma/doencas-endemicas#:~:text=A%20maioria%20dessas%20doen%C3%A7as%20%C3%A9,%20leishmaniose%20leptospirose%20e%20hansen%C3%A9ase.)

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_quia_bolso.pdf

QUESTÃO Nº 35**RECURSO:** DEFERIDO - QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: Duas alternativas (A e D) são de notificação compulsória imediata e atendem ao enunciado da questão.

QUESTÃO Nº 36**CANDIDATO:** Eduardo Fernandes de Oliveira**RECURSO:** INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: De acordo com o Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas da Síndrome dos ovários policísticos, os anticoncepcionais hormonais combinados são a primeira linha de tratamento, mas não para todas as mulheres. Como pode ser lido no documento:

"Os anticoncepcionais hormonais combinados (AHC) constituem a primeira linha de tratamento para mulheres com SOP *que não desejam gestar e que apresentem irregularidade menstrual com ou sem hirsutismo, mesmo em casos que não requeiram contracepção.*"

QUESTÃO Nº 37**CANDIDATO:** Dargel Ricardo Suarez Gomez**RECURSO:** INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: De acordo com publicação mais recente do Ministério da Saúde, temos que:

"O tratamento é realizado com antibióticos da classe dos macrolídeos (azitromicina, claritromicina e eritromicina). Nos casos de contra-indicação ao uso desses macrolídeos, recomenda-se o sulfametoxazol associado ao trimetoprima (CDC, 2020)". Sendo que, destes, a primeira escolha é a azitromicina.

Fonte: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf - Página 74.

QUESTÃO Nº 38**RECURSO:** DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: As hepatites com transmissão oral-fecal são as hepatites A e E. Portanto, a questão não possui alternativa que atende ao enunciado.

FONTE: Hepatites virais – Guia de vigilância epidemiológica.

CARGO: MÉDICO PSQUIATRA

QUESTÃO Nº 04**RECURSO:** DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato tem razão quando aponta "um erro na escrita" da palavra "mestre-sala", quando deveria ser grafado "mestre-escola", conforme consta no texto da prova. Pelos motivos expostos, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO Nº 17**CANDIDATO:** Patrícia de Pádua Pires**RECURSO:** INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O conteúdo programático para a prova de SUS/Saúde Pública previa o tema abordado na questão, qual seja, doenças transmissíveis, facilmente verificado no item: Epidemiologia das doenças transmissíveis (cadeia causal e mecanismos de prevenção para as principais patologias transmissíveis no país).

QUESTÃO Nº 22**CANDIDATO:** Patrícia de Pádua Pires**RECURSO:** INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata alega que o objetivo citado na alternativa D não estaria correto, pois a portaria de lançamento não previa o suporte para o enfrentamento do covid19, e que este ocorreu somente na portaria de revisão em 2020. No entanto o enunciado da questão não solicita os objetivos do programa presentes em portaria específica (não cita o número da portaria), seja na portaria de lançamento ou nas portarias de revisões, apenas cita o momento de sua criação em 2019 e solicita conhecimento sobre o programa e seus objetivos. Portanto, sem fundamentação para alteração de resposta.

QUESTÃO Nº 24

CANDIDATO: Patrícia de Pádua Pires

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata considera que a alternativa C também está incorreta, alegando que “o objetivo da ambiência não é para encontro de pessoas”. Porém, o núcleo técnico do Ministério da Saúde que definiu os conceitos institucionais, deixa bem claro que a ambiência diz respeito à organização do espaço físico do ambiente de saúde, considerando-o como espaço social, profissional e de circulação entre sujeitos. Esse espaço deve ser capaz de acolher de maneira humanizada as pessoas que ali frequentam, existindo três eixos que a Ambiência deve seguir: primeiro, o espaço deve visar o conforto e privacidade dos indivíduos (profissionais e usuários), valorizando os elementos (cor, iluminação, cheiro, som, morfologia) do ambiente; segundo, o espaço deve ser favorável para a produção de subjetividade, que permita o encontro entre pessoas de maneira positiva, a partir da reflexão sobre os processos de trabalho; e em terceiro, um espaço que seja funcional, favoreça o trabalho e utilização dos recursos. Assim, não há justificativa para correção da questão.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Ambiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2010

<https://moodle.unasus.gov.br/vitrine29/mod/page/view.php?id=2883>

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/10622/6/2014_%20MagnoNunesFarias.pdf

QUESTÃO Nº 29

CANDIDATO: Juliana Cintra Teixeira, Patrícia de Pádua Pires

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A intoxicação e a abstinência são efeitos que podem aparecer com o uso de uma ou mais substâncias. O alegado pela candidata não torna a alternativa B incorreta, uma vez que não afirma ser unicamente com o uso de várias substâncias.

“Uso de Múltiplas Substâncias

A intoxicação e a abstinência de substâncias geralmente envolvem várias substâncias utilizadas simultânea ou sequencialmente. Nesses casos, cada diagnóstico deve ser registrado de forma separada.”

Letra C – Incorreta.

“Os transtornos relacionados a substâncias dividem-se em dois grupos: transtornos por uso de substância e transtornos induzidos por substância. As condições a seguir podem ser classificadas como **induzidas por substância: intoxicação, abstinência** e outros transtornos mentais induzidos por substância/medicamento (transtornos psicóticos, transtorno bipolar e transtornos relacionados, transtornos depressivos, transtornos de ansiedade, transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos relacionados, transtornos do sono, disfunções sexuais, delirium e transtornos neurocognitivos)” Página 481.

Fonte: DSM V - <http://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>

QUESTÃO Nº 31

CANDIDATO: Juliana Cintra Teixeira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: De acordo com o DSM-5, nas características diagnósticas do transtorno do pânico (página 208), temos:

“As interpretações culturais podem influenciar a designação do ataque de pânico como esperado ou inesperado (ver a seção “Questões Diagnósticas Relativas à Cultura” para esse transtorno). Nos Estados Unidos e na Europa, aproximadamente metade dos indivíduos com transtorno de pânico tem ataques de pânico esperados tanto quanto ataques inesperados. Assim, a presença de ataques de pânico esperados não exclui o diagnóstico de transtorno de pânico”. Dessa forma, entende-se que não há erros na formulação da alternativa.

CARGO: NUTRICIONISTA

QUESTÃO Nº 02

CANDIDATO: Elisa de Melo Flores

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Conhecendo-se o veículo em que o texto foi publicado – o jornal impresso *Folha de São Paulo* –, observa-se que o autor veicula seu ponto de vista acerca do tema “Língua Portuguesa” por meio de uma produção argumentativo-opinativa. O principal objetivo é partilhar suas opiniões, com a intenção de convencer o leitor a pensar de certa maneira ou a questionar a situação específica sobre a qual discorre: particularidades do idioma português sob seu ponto de vista. A opinião do autor é fundamentada com explicações e argumentos tendo como objetivo formar a opinião do leitor ou ouvinte e tentar convencê-lo de que a ideia defendida por ele é correta. A linguagem pessoal é aquela marcada por emprego de verbos e pronomes na primeira pessoa do singular, qual seja, um “eu” narrador/relator, que expõe a opinião do autor de forma pessoal, seu pensamento e suas ideias, ao explorar um aspecto pitoresco sobre a língua portuguesa, no caso, alguns momentos de sua história. Coutinho não propõe uma teoria linguística própria para explicar algumas alterações inerentes ao léxico luso, apenas menciona situações da sua historiografia: “O português nasceu antes de Portugal e continuará a evoluir fora do país. Tomo essa ideia de empréstimo a Fernando Venâncio e ao seu livro ‘Assim Nasceu uma Língua’ – edição portuguesa da Guerra & Paz –, que não me canso de recomendar”. Em ciência, a teoria científica difere bastante da acepção de teoria em senso comum, o de mera especulação. Ela é uma síntese aceita e comprovada de um vasto campo de conhecimento, consistindo em hipóteses, confrontadas entre si e com outros fatos no conjunto de evidências científicas que, juntamente com as hipóteses, alicerçam o conceito. Segundo esse postulado, constata-se que o autor do texto, João Pereira Coutinho, não teoriza sobre algo tecnicamente falando, não fez pesquisa acadêmica sobre o tema, apenas traz sua opinião, emite juízos de valor sobre fatos da língua portuguesa, porém sem base científica, e oriundos de constatação particular e pessoal. Como ele próprio afirma: “Nos próximos anos,

nas minhas estadas paulistanas, prometo continuar o estudo da língua que os nativos falam. Quem sabe? Um dia, eu próprio serei capaz de falar na perfeição esse tal de português”. O pitoresco é tudo o que é inusitado ou interessante e sobressai pela excentricidade. Também é capaz de divertir ou se tornar recreativo. Todas essas peculiaridades podem ser identificadas no texto. Diante do exposto, é equivocado defender, como argumenta o candidato, que o articulista propõe uma teoria linguística própria para explicar algumas alterações inerentes ao léxico luso, pois no seu texto não se arvora a ser um pesquisador, muito menos a promover uma investigação linguística e acadêmica. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 04

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato tem razão quando aponta “um erro na escrita” da palavra “mestre-sala”, quando deveria ser grafado “mestre-escola”, conforme consta no texto da prova. Pelos motivos expostos, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO Nº 05

CANDIDATO: Elisa de Melo Flores

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O candidato não deixa claro o que deseja contestar. Partindo-se do pressuposto do que se pode deduzir do que escreveu, torna-se necessário, primeiramente, tecer considerações a respeito. O candidato se equivoca por não compreender que a questão trata da interpretação do contexto de uso em que as palavras são empregadas, ou seja, que se atribuem características humanas ao idioma luso e à língua portuguesa falada no Brasil. Prosopopeia é um recurso expressivo que consiste em atribuir qualidades e sentimentos humanizados a seres irracionais e inanimados”. No caso, a “fala do Brasil, ou de Angola, ou de Moçambique” é a esposa do “marido infiel [...], o idioma português, razão pela qual este não deve fazer cena quando “flagra” a sua dona numa “paquera”, num “amasso” ou numa “transa”. Essas passagens não podem ser lidas ao pé da letra, ou seja, literalmente, sob pena de se interpretar equivocadamente o sentido pretendido. Em outras palavras, tanto um quanto o outro são passíveis de mudanças por serem as línguas organismos vivíveis e, por conta disso, mutáveis. Nesse sentido, as atitudes conferidas tanto ao português quanto à fala lusitana em países africanos não os transformam em seres desumanizados, em coisas, pelo contrário, a ambos são atribuídas características humanizadas e não a coisificação, segundo argumenta o candidato. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 07

CANDIDATO: Elisa de Melo Flores

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: No trecho “Talvez o meu português seja mesmo diferente do dele. Talvez ele fale “português” e o meu português seja uma melodia parecida, familiar, quase igual. Quase. Será?”, o emprego da forma verbal interrogativa (“Será?”) sugere um procedimento argumentativo porque explicita a incerteza do narrador diante do questionamento que faz. Não há respostas para essa indagação ao longo do texto, pois, como afirma o narrador, “É uma hipótese que não me perturba”. O tom adotado também não é laudatório, apologético, ou seja, não se celebra, glorifica ou elogia nada a respeito, como, equivocadamente, postula o candidato em sua argumentação. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 11

CANDIDATO: Elisa de Melo Flores

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O candidato não concorda que a alternativa “d” (e, não a “c”, segundo argumenta) seja a correta para a questão. A partir dos enunciados propostos nas alternativas, a construção que está em desacordo com a norma-padrão de colocação pronominal expressa nos colchetes é: “Não seria permitido a ele negar essa situação. [seria-lhe]”. Nesse período, a próclise é de rigor porque antes do verbo (“seria”), na oração, há palavra que atrai o pronome átono, no caso, o advérbio de negação NÃO. Assim, o correto é grafar: Não LHE seria permitido negar essa situação”. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 13

CANDIDATO: Elisa de Melo Flores

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão apresentou duas asserções, solicitando do candidato a análise entre elas e, conseqüentemente, a escolha da verdadeira. Para tanto, exemplificou com o seguinte trecho transcrito do texto: “A verdade é que a língua portuguesa sempre foi assim.”. No período composto, a primeira oração é a principal e não depende, sintaticamente, da segunda porque, sendo esta segunda a subordinada – “que a língua portuguesa sempre foi assim.”, –: completa o sentido da primeira oração, da qual depende, e exerce a função de predicativo do sujeito (CEGALLA, 2010, p. 378). Em outras palavras, a oração principal – “A verdade é” – do ponto de vista sintático está completa: sujeito (“A verdade”), predicado nominal (“é”), predicativo do sujeito (a oração seguinte, que é subordinada, substantiva predicativa). Esta oração, sim, completa o sentido da primeira, da qual depende, funcionando como predicativo do sujeito (CEGALLA, 2010, p. 385). Assim posto, equivoca-se o candidato ao pleitear que, entre as duas asserções, a primeira é falsa e a segunda é verdadeira. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

Referência: CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010, p. 378; 385.

QUESTÃO Nº 22

CANDIDATO: Elisa de Melo Flores

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A alternativa B está correta ao considerar que as demandas de assistência no primeiro nível de cuidado sendo a colhidas em horários estendidos, conforme prevê o Programa Saúde na Hora, haverá tendência de redução de demandas e filas em unidades de pronto

atendimento e emergências hospitalares. A questão exigiu capacidade de análise e congruência. Os objetivos do programa também podem ser consultados no site oficial do governo, a seguir:

<http://aps.saude.gov.br/ape/saudehora/objetivos>

QUESTÃO Nº 24

CANDIDATO: Elisa de Melo Flores

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata alega que “a alternativa B está correta e não incorreta”, utilizando como argumentação apenas a citação do conceito de Clínica Ampliada, sem direcionar a incoerência em relação ao que foi proposto na questão. De todo modo, a resposta solicitada como incorreta é a alternativa B, pois o conceito de Clínica Ampliada é voltado para a abordagem ampliada do olhar clínico para a saúde do usuário, em suas diversas dimensões. Não se trata de ampliar o atendimento para além do espaço da unidade de saúde, como induz a alternativa B, mas de ampliar as abordagens e intervenções assistenciais, dentro dos espaços de toda a unidade, desde a recepção, sala de espera, atendimento médico e de multiprofissionais. A Clínica Ampliada é descrita como um novo modo de produzir cuidado, dentro da lógica de superação do modelo predominantemente biomédico, propondo uma clínica centrada nos sujeitos reais e em suas existências concretas, considerando a doença como parte dessas existências (CAMPOS, 2007, p.56).

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Saúde Paideia. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 2007.

QUESTÃO Nº 31

CANDIDATO: Elisa de Melo Flores

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A alternativa correta é a C pois os alimentos considerados com risco potencial são aqueles que contêm nutrientes com Aw maior que 0,85; Melaço, xaropes e caldas por conterem grandes quantidades de açúcares e, portanto, baixo Aw são propensos a alterações por leveduras osmófilas; Pães, bolos, biscoitos, por ser alimentos secos, cujo Aw é baixo, são mais propensos ao crescimento de bolores. Pipocas de micro-ondas apresentam grande quantidade de gordura, o que pode favorecer a sobrevivência dos micro-organismos presentes, mesmo o milho para pipoca sendo um produto que não apresenta alta atividade de água: alternativa correta.

FONTE: GERMANO, Pedro Manuel Leal; GERMANO, Maria Izabel Simões. Higiene e vigilância sanitária de alimentos., 6. ed. - Barueri [SP] : Manole, 2019.

SILVA JÚNIOR., Êneo Alves da – Manual de Controle Higiênico Sanitário em Alimentos. São Paulo: Livraria Varela, 6 Ed. 2005.

QUESTÃO Nº 32

CANDIDATO: Elisa de Melo Flores

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A alternativa A está incorreta porque alimentos frios reduzem a sensação de gosto, anestesiam as células dos botões gustativos. O gosto de um alimento aguçado é mais pronunciado do que de um alimento viscoso ou espesso, porque o alimento aguçado tem mais contato com as fibras nervosas, enquanto viscoso ou espesso precisa ser diluído na saliva.

FONTE: PALERMO, J. R. **Análise sensorial: fundamentos e métodos.** 1 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2015.

QUESTÃO Nº 36

CANDIDATO: Elisa de Melo Flores

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A alternativa correta é a letra A, sobrecarga de carboidratos, porque o excesso de carboidrato é estocado em gordura, processo que produz muito dióxido de carbono levando o paciente a desenvolver acidose respiratória.

FONTE: CUPPARI, L. **Nutrição clínica no adulto.** 4ª. Ed. Barueri: Manole, 2018.

QUESTÃO Nº 39

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: De fato, apenas para alguns autores, a alimentação plant-based é uma dieta vegetariana estrita. O enunciado da questão não inclui a alimentação plant-based no grupo de alimentos vegetarianos e apresenta o grupo de alimentação vegetariana “como o *ovolactovegetariano, lactovegetariano, ovovegetariano, vegetariano estrito, e vegano*”, mas solicita que considere o enunciado “que o ponto comum a todos os tipos de dietas vegetarianas é a exclusão de qualquer tipo de carne” e nesse sentido, então, responder. Entretanto, nas alternativas o grupo apresentado foi o vegano e o vegetariano estrito seria o mais adequado. Portanto fica anulada a questão.

FONTE: Slywitch, Eric. Guia de Nutrição Vegana para Adultos da União Vegetariana Internacional (IVU). Departamento de Medicina e Nutrição. 1ª edição, IVU, 2022

CARGO: PROFESSOR

QUESTÃO Nº 05

CANDIDATO: Claudete Farias Nunes de Almeida

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Com referência à questão, o enunciado é bem claro e nela não se questiona qual recurso argumentativo foi usado. Ele já está informado previamente: as citações, uma estratégia discursiva encontrada no argumento de autoridade (com o qual concorda o candidato na formulação de seu recurso), que se apoia no saber notório de uma autoridade reconhecida em um certo domínio de conhecimento (no caso,

Machado de Assis, cuja fortuna crítica enriquece o panteão literário brasileiro). Trata-se, portanto, de um modo de trazer para o enunciado a credibilidade da autoridade citada, no caso, o carioca artista da palavra. Assim posto, para refletir acerca de ser adequado ou não o uso da expressão “a gente” no lugar do pronome “nós”, Sérgio Rodrigues se apoia na escrita desta indiscutível personalidade da ficção (e, não, “personagem da ficção”, engano interpretativo presente no relato do recurso), Machado de Assis – que foi e continua sendo um dos maiores e mais renomados escritores realistas brasileiros, conhecido como “o bruxo das palavras” –, para nos dizer que sendo ele um autor canônico e da tradição romanesca nacional, não deixou de usar em suas obras literárias a referida expressão, que é informal e coloquial. As citações com as quais o cronista ilustra seu texto foram transcritas de alguns dos contos e dos romances machadianos “Memórias Póstumas de Brás Cubas” e “Dom Casmurro”. Ele confirma isso a partir do quarto parágrafo no qual menciona “uma seleção de usos cultíssimos de “a gente” com o sentido de “nós” colhidos em textos clássicos de nossa literatura (século 19, oi)”. E conclui: “Acho que, com a ajuda do maior escritor nascido neste país falante de português (obviamente se referindo a Machado de Assis), a gente já pode declarar antipatriótica a perseguição movida contra ‘a gente’”. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 07

CANDIDATO: Letícia Silva Santos; Sílvia Rita Clemencio Freitas

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O enunciado da questão solicita a análise de duas asserções e a relação proposta entre elas, considerando-se a seguinte passagem do texto: “Na vida, o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças obriga a gente a calar os trapos velhos...”. Constata-se que ambas estão corretas, segundo se demonstra. A primeira declara: “Para alguns gramáticos, o sujeito composto e da 3ª pessoa, sendo anteposto ao verbo, leva geralmente este para o plural”. Assim, de acordo com a norma-culta, o certo é grafar “obrigam”. Segundo a gramática normativa, esta é a regra. Todavia, a segunda asserção também está correta: “para outros gramáticos, é lícito, mas não obrigatório, deixar o verbo no singular. Cegalla (2010, p. 450) confirma esse postulado e assim se posiciona a respeito: “O sujeito, sendo composto e anteposto ao verbo, leva geralmente este para o plural: ‘Vida, graça, novidade escorriam-lhe da alma como de uma fonte perene.’ [...] É lícito (mas não obrigatório) deixar o verbo no singular quando os núcleos do sujeito formam sequência gradativa”, como é o caso de “olhar, contraste, luta”. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

Referência: CEGALLA, D. Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 2010, p. 450.

QUESTÃO Nº 09

CANDIDATO: Teane Flávia de Sena Andrade

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão solicita uma análise acerca do que se afirma sobre a colocação pronominal. Assim, no período “O que não faz sentido é tentar expulsar da norma culta tudo o que é informal, como se só coubesse nela o livresco, o empertigado, o que fica distante da fala...”, a expressão “como se” é uma locução conjuntiva (conjunto de duas ou mais palavras que, juntas, atuam como uma conjunção, ligando orações). Como se observa – e é importante lembrar que, nos textos, toda palavra precisa ser analisada no seu contexto de uso e, não, isoladamente – ela inicia a oração responsável por fazer um confronto, um paralelo, uma comparação hipotética (CEGALLA, 2010, p. 397) com o que foi manifestado na oração anterior, ou seja “O que não faz sentido é tentar expulsar da norma culta tudo o que é informal”. Portanto, o “se” não é um pronome oblíquo. O termo faz parte da referida locução, conforme se demonstrou. Equivoca-se o candidato na sua argumentação ao afirmar haver um erro de colocação pronominal e, conseqüentemente, pleitear que “como” é uma partícula que atrai o pronome átomo “se”, pelos motivos expostos. Recurso indeferido.

Referência: CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

QUESTÃO Nº 13

CANDIDATO: Angelita Costa Araújo; Carolina Antunes Cardoso Pedroso; Claudete Farias Nunes de Almeida; Gabriela Aguiar de Oliveira; Josiene de Oliveira Leite Borges; Letícia Silva Santos; Sílvia Rita Clemencio Freitas; Teane Flávia de Sena Andrade

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A regência verbal é determinada pelo sentido em que o verbo é usado na frase. Logo, para analisar a transitividade de um verbo, sempre terá de ser observado o contexto em que ele é utilizado. Na frase “A rifa me custou 10 mil cruzeiros.”, tem-se um período simples, com uma oração absoluta. O sujeito simples é “A rifa” e o predicado é verbal: “me custou 10 mil cruzeiros”. Nesse contexto de uso, o verbo “custar” é transitivo direto e indireto (bitransitivo), pois exige dois objetos: o objeto direto é “10 mil cruzeiros” e o objeto indireto é “me”. O sentido mais usual desse verbo é apresentar o sentido de “ter valor” e, nesse contexto, ele é transitivo direto: “A rifa custou 10 mil cruzeiros”; “A rifa custou muito caro”. Somente significando “ser difícil”, ele é intransitivo: “Custa muito corrigir um erro” (A correção do erro custa muito). Fere-se a norma-padrão ao se afirmar que ele é intransitivo e que a indicação de preço constitui adjunto adverbial na passagem exemplificada. Assim, e diferentemente do alegado na argumentação do candidato, no trecho transcrito ele aparece empregado em outro contexto, comprovando-se sua bitransitividade, segundo se demonstrou. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 14

CANDIDATO: Letícia Silva Santos; Sílvia Rita Clemencio Freitas

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Segundo as regras do português, conforme ensinam as gramáticas, há concordância nominal em gênero (masculino ou feminino) e número (plural ou singular) entre o substantivo e os diversos termos da oração que se relacionam com ele, como adjetivos, artigos pronomes, numerais. “Óculos” é um substantivo masculino plural, sendo “óculo” a sua forma no singular. Essa grafia, contudo, não é comumente utilizada pelos falantes da língua. Assim, a palavra “óculos” é considerada um caso de *pluralia tantum*, ou seja, uma palavra utilizada no plural para indicar um único objeto composto por duas partes simétricas. O mesmo ocorre com as palavras “calças” e “binóculos”. O erro na expressão “meu óculos” ocorre porque, inadequadamente, a palavra óculos é assumida como um substantivo de dois números, que se mantém invariável quer no singular, quer no plural, como “pires”, “ônibus” e “lápis”. Nos casos de *pluralia tantum*, também se pode optar pelo uso da expressão “um

par de”. Assim, podemos dizer: um par de óculos, um par de calças, um par de binóculos. A partir dessas considerações, torna-se possível perceber que, nas asserções, não se afirma estar a expressão “meu óculos” de acordo com a norma-padrão. O que se solicita do candidato é uma leitura comparativa, analógica, entre o que os gramáticos dizem e o que propõe Sérgio Rodrigues no seu texto. Assim posto, conforme o autor, estando a língua portuguesa em constante alteração, evolução e atualização e sendo muito defendido atualmente que o uso faz a regra e não o contrário, alguns gramáticos começam a considerar que a expressão “meu óculos” poderá ficar consagrada (e, não, já está consagrada) pelo uso, passível de ser utilizada em contexto coloquial e informal, não no registro formal, na língua culta. Diante do exposto, as duas assertivas estão corretas e a segunda complementa a primeira. Recurso indeferido.

QUESTÃO Nº 16

CANDIDATO: Angelita Costa Araújo; Carolina Antunes Cardoso Pedroso; Gabriela Aguiar de Oliveira; Josiene de Oliveira Leite Borges; Letícia Silva Santos; Sílvia Rita Clemencio Freitas

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O recurso não procede, uma vez que a questão solicita uma **COMPETÊNCIA GERAL** da BNCC. Essa competência se encontra na **letra D**: “Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo” (Competência geral Nº 04- BNCC página 09).

As demais alternativas estão **INCORRETAS**:

Alternativa A: É uma competência específica da área de Linguagens (Competência Específica Nº 05- BNCC página 63).

Alternativa B: É uma competência específica de Educação Física (Competência Específica Nº 04 - BNCC página 221).

Alternativa C: É uma competência específica de Matemática (Competência Específica Nº 08- BNCC página 265).

QUESTÃO Nº 33

CANDIDATO: Claudete Farias Nunes de Almeida

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O recurso não procede uma vez que a questão solicita o **EXCETO**, ou seja, o que não está de acordo com a BNCC. Na página 69 da BNCC, encontra-se o trecho: *O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: **fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades.*** Além disso, para se fazer uma cópia, o aluno lê o texto, mas não realiza uma interação ativa como leitor/ouvinte/espectador.

QUESTÃO Nº 35

CANDIDATO: Angelita Costa Araújo; Carolina Antunes Cardoso Pedroso; Josiene de Oliveira Leite Borges;

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O termo **MATRIZ DE REFERÊNCIA** diz respeito às avaliações em larga escala. São exemplos de avaliações em larga escala: SAEB, ANA, PROVA BRASIL, PROVINHA BRASIL, organizadas no Brasil, pelo INEP.

A alternativa que apresenta essa afirmativa “Especifica os diferentes componentes curriculares e as habilidades que precisam ser desenvolvidas ao longo de cada ano escolar”, **ESTÁ INCORRETA** porque a matriz que apresenta os componentes curriculares e as habilidades a serem desenvolvidas ao longo de cada ano escolar é a **MATRIZ DE ENSINO** (BNCC, CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS, REFERENCIAL CURRICULAR DAS REDES DE ENSINO).

QUESTÃO Nº 35

CANDIDATO: Gabriela Aguiar de Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata solicita a revisão da questão pois o gabarito oficial indica que a 1ª alternativa é falsa. No entanto, ela alega que a referida afirmativa é verdadeira pois na matriz de referência contém as habilidades que precisam ser desenvolvidas em cada ano escolar através dos códigos: EF35LP31 que significam o que o professor trabalhará no Ensino Fundamental, do 3º ao 5º ano no componente curricular de Língua Portuguesa. Essa é uma habilidade da BNCC que é uma matriz de ensino e não de avaliação em larga escala.

Na 3ª alternativa, candidata alega que a palavra **ESPECIFICAMENTE** torna a afirmativa falsa. Esse argumento não procede, uma vez que matriz de referência é usada em avaliações de larga escala. Para ensinar, o professor utiliza as matrizes de ensino e não as de avaliação.

A alternativa apresentada pela candidata como correta, é a da letra D (V_F_F). Essa sequência não é a correta pois a única afirmativa falsa é a da 1ª afirmativa: A 1ª alternativa é falsa porque uma matriz de referência apresenta os diferentes componentes curriculares e as habilidades que podem ser mensuradas, ou seja, avaliadas e não as que precisam ser desenvolvidas ao longo de cada ano escolar. A matriz que apresenta os diferentes componentes curriculares e as habilidades que precisam ser desenvolvidas ao longo de cada ano escolar é a matriz de ensino e são exemplos desse tipo: a BNCC, o Currículo Referência de Minas Gerais, Referencial Curricular das Redes de ensino.

QUESTÃO Nº 35

CANDIDATO: Letícia Silva Santos

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata solicita a revisão da questão pois segundo ela a 1ª afirmativa é verdadeira e a 3ª é falsa. Ela indica ainda que não há resposta para a questão pois a sequência correta seria V_V_F.

O recurso não procede, uma vez que a **1ª afirmativa é falsa** porque uma matriz de referência apresenta os diferentes componentes curriculares e as habilidades que podem ser **mensuradas, ou seja, avaliadas** e não as que precisam ser **desenvolvidas** ao longo de cada ano escolar. A

matriz que apresenta os diferentes componentes curriculares e as habilidades que precisam ser desenvolvidas ao longo de cada ano escolar é a matriz de ensino e são exemplos desse tipo: a BNCC, o Currículo Referência de Minas Gerais, Referencial Curricular das Redes de ensino. E a **3ª afirmativa é verdadeira**, porque a matriz de referência, utilizada para as avaliações em larga escala, apresenta os descritores que serão avaliados e que orientarão a elaboração dos testes, ou seja, os itens que serão avaliados são elaborados a partir dos descritores selecionados. Portanto, a sequência correta é a da alternativa A (F_V_V)

QUESTÃO Nº 35

CANDIDATO: Silvia Rita Clemencio Freitas

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata solicita a revisão da questão pois segundo ela a 1ª afirmativa é verdadeira e a 3ª é falsa. Ela indica ainda que a sequência correta seria V_F_F.

O recurso não procede, uma vez que a **1ª afirmativa é falsa** porque uma matriz de referência apresenta os diferentes componentes curriculares e as habilidades que podem ser **mensuradas, ou seja, avaliadas** e não as que precisam ser **desenvolvidas** ao longo de cada ano escolar. A matriz que apresenta os diferentes componentes curriculares e as habilidades que precisam ser desenvolvidas ao longo de cada ano escolar é a matriz de ensino e são exemplos desse tipo: a BNCC, o Currículo Referência de Minas Gerais, Referencial Curricular das Redes de ensino. E a **3ª afirmativa é verdadeira**, porque a matriz de referência, utilizada para as avaliações em larga escala, apresenta os descritores que serão avaliados e que orientarão a elaboração dos testes, ou seja, os itens que serão avaliados são elaborados a partir dos descritores selecionados. Portanto, a sequência correta é a da alternativa A (F_V_V)

QUESTÃO Nº 36

CANDIDATO: Claudete Farias Nunes de Almeida

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O recurso não procede, uma vez que o **“CADERNO DE APRENDIZAGENS** é um caderno no qual os estudantes se depararão com suas dúvidas e possibilidades de avanço; um caderno de estudos paralelos [...] **O PORTFÓLIO é um procedimento de avaliação** que cumpre a função de ser também instrumento de registro e que propicia a memória dos **processos de ensino e de aprendizagem**, tanto para estudantes, quanto para professores [...]

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTÃO Nº 27

CANDIDATO: Bráulio Isaías Meska

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O candidato questiona o fato das contrações concêntricas e excêntricas serem consideradas tipos de contrações isotônicas e, por consequência, em sua opinião, também poderiam ser consideradas corretas como resposta da referida questão. Porém, tais tipos de contrações não poderiam completar a definição citada na questão única e exclusivamente porque iriam limitar o tipo de contrações isotônicas na definição. Não há dados suficientes para afirmarmos que a maioria dos tipos de exercícios ou atividades físicas são compostas por um tipo ou outro de contrações musculares, dentro das contrações isotônicas. Sem delimitar a atividade ou exercício físico, essa afirmativa torna-se incorreta. O assertivo seria incluir todos os dois tipos e, por isso, a resposta correta deve ser apenas CONTRAÇÕES ISOTÔNICAS.

QUESTÃO Nº 30

CANDIDATO: Adalto Borges Mendes

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão solicita que o candidato marque a alternativa que **NÃO É** considerada um fundamento do basquetebol. O candidato questiona o fato de a defesa mista não ser considerada um fundamento do basquetebol. A defesa mista é uma ação tática. Conforme Mahlo (1970, p. 9), a ação tática é um ato consciente e orientado, dedicado a resolver praticamente, e de acordo com as regras, os problemas suscitados pelas diversas situações do jogo. A solução deve ser rápida, deliberada e alcançar o maior êxito possível. Isto implica numa adequada correlação entre o desenvolvimento das qualidades físicas, a formação das habilidades técnicas e a aquisição de conhecimentos, num processo amplo e unitário, que assegure a sua utilização de forma reflexiva, visando uma aplicação criadora.

Logo, para fins dessa questão, não é considerado um fundamento do basquetebol. São considerados fundamentos do basquetebol: manejos do corpo, que são movimentos do corpo específicos para a prática do Basquetebol; a empunhadura, que é maneira correta de segurar a bola, para executar adequadamente os fundamentos do Basquetebol; o manejo de bola, que são movimentos que visam proporcionar melhor empunhadura e, com isso, perfeito domínio de bola; o drible, que é a forma de se deslocar, com a posse de bola, sem infringir as regras do jogo; os passes, que são uma maneira de transmitir a bola ao companheiro, de forma precisa, visando colocá-lo em condições de jogo (driblar, passar ou arremessar); o arremesso, que é o ato de impulsionar a bola para a cesta; a bandeja, que é o arremesso executado em deslocamento, no qual o jogador tem direito a executar duas passadas; e o rebote, que é o ato de recuperar a bola, após um arremesso não convertido. Sendo assim, as ações táticas não são consideradas fundamentos. No caso da defesa mista, ela é um sistema defensivo que conjuga a defesa individual e a defesa por zona. Alguns jogadores são destacados para marcar individualmente determinados atacantes, enquanto outros defensores marcarão áreas da quadra.

Referência: MAHLO, F. Acto táctico no jogo. Compendium, Lisboa, 1970

QUESTÃO Nº 32

CANDIDATO: Adalto Borges Mendes

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão solicita que o candidato marque a alternativa que é um erro comum encontrado na realização da posição de expectativa. O candidato questiona o fato de o enunciado não indicar o nível dos atletas que estão realizando a posição de expectativa. Primeiramente iremos compreender as orientações para a realização da posição de expectativa. São orientações para a realização dessa posição de expectativa:

- Estar com as pernas em afastamento lateral (largura dos ombros), semi-flexionadas sendo uma ligeiramente a frente da outra. O Centro de Gravidade não deverá estar muito próximo a altura dos joelhos, nem abaixo deles, pois isso forçará um posicionamento muito abaixo ao quadril, fato que dificultará às partidas rápidas em direção à bola.

- Os braços devem estar semi-flexionados e os cotovelos com um afastamento lateral um pouco superior à largura dos ombros e um pouco à frente da linha anterior à frente do corpo. Esse posicionamento intermediário dos braços permitirá a execução tanto da manchete quanto do toque de bola por cima.

Os erros mais comuns encontrados na realização dessa posição de expectativa são: não flexionar as pernas e sim o tronco; posicionar os braços muito aberto, atrás ou à frente demasiadamente; iniciar os deslocamentos com a perna errada; não coordenar as passadas; realizar os deslocamentos praticamente em pé.

Independente do nível dos atletas os erros da execução da posição permanecem os mesmos. Aqui, não estamos questionando se o jogador é mais ágil se deslocando na posição em pé, pois a questão não diz respeito a essa informação. Independente se o jogador é mais ágil realizando o seu deslocamento em pé ou não, continua sendo um erro relacionado à posição de expectativa, que é o cerne na referida questão.

QUESTÃO Nº 39

RECURSO: **DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA**

JUSTIFICATIVA: A questão não apresenta alternativa que atende ao enunciado.

“Há três tipos de pontuação: *ippon*, *wazari* e *yuko*. O *ippon* ocorre quando o golpe é aplicado com força, velocidade e controle e o oponente cai PERFEITAMENTE DE COSTAS no tatame ou quando o adversário é imobilizado por 20s.”

Fonte: <http://www.dicionarioolimpico.com.br/judo/cenario/pontuacao-3>

CARGO: PSICÓLOGO CRAS

QUESTÃO Nº 04

RECURSO: **DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA**

JUSTIFICATIVA: O candidato tem razão quando aponta “um erro na escrita” da palavra “mestre-sala”, quando deveria ser grafado “mestre-escola”, conforme consta no texto da prova. Pelos motivos expostos, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO Nº 17

CANDIDATO: Luis Henrique Santos Leandro

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: O conteúdo programático para a prova de SUS/Saúde Pública previa o tema abordado na questão, qual seja, doenças transmissíveis, facilmente verificado no item: Epidemiologia das doenças transmissíveis (cadeia causal e mecanismos de prevenção para as principais patologias transmissíveis no país).

CARGO: PSICÓLOGO CREAS

QUESTÃO Nº 04

RECURSO: **DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA**

JUSTIFICATIVA: O candidato tem razão quando aponta “um erro na escrita” da palavra “mestre-sala”, quando deveria ser grafado “mestre-escola”, conforme consta no texto da prova. Pelos motivos expostos, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO Nº 15

CANDIDATO: Bruno Martins de Oliveira

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: Na língua portuguesa, a crase é obrigatória em todas as locuções com núcleo feminino. É o caso de “à toa” e “à época”. Por serem locuções femininas, deve haver, na escrita, o uso do acento grave: andar à toa, passar o dia à toa, reclamar à toa; surgir à época, iniciar à época, acontecer à época, à época da Páscoa. Os dicionários *Houaiss*, *Aurélio* e *Michaelis*, referências de saber e atualidade em nosso idioma, além de prestigiadas gramáticas da língua portuguesa, elencam Locuções em que não ocorre crase, sendo “A certa altura” uma delas. Em outras palavras, nas expressões em que ocorre o pronome indefinido não há crase, pois não há espaço para a presença de um artigo definido “a” nessas situações. Assim, o certo é escrever: “a certa altura”. Portanto, equivoca-se o candidato ao pleitear como correta a alternativa “A”. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

QUESTÃO Nº 16

CANDIDATO: Bruno Martins de Oliveira

RECURSO: **INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: A questão solicitou qual órgão, na esfera federal, é o responsável pela gestão financeira dos recursos destinados ao SUS e a resposta correta é a letra B, visto que o FNS (Fundo Nacional de Saúde) foi instituído pelo Decreto Nº 64.867, de 24 de julho de 1969, como um gestor financeiro dos recursos destinados a financiar as despesas correntes e de capital do Ministério da Saúde, bem como dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Seu organograma ou estrutura organizacional o estabelece como um órgão público sob a orientação e a supervisão da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, fazendo a gestão do capital tendo como base o Plano Nacional de Saúde e o Planejamento Anual do Ministério da Saúde, nos termos das normas definidoras dos Orçamentos Anuais, das Diretrizes Orçamentárias e dos Planos Plurianuais. Sua estrutura organizacional pode ser consultada no site do governo:

<https://portalfns.saude.gov.br/estrutura-organizacional/>

QUESTÃO Nº 22

CANDIDATO: Bruno Martins de Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O candidato alega que a alternativa A está correta, quando compreende que **“o indivíduo será atendido no momento em que ele decidir procurar a unidade de saúde, pois é seu direito procurar a USF no momento em que ele quiser”**. No entanto, a proposta do Programa Saúde na Hora é de ESTENDER o horário de funcionamento durante os dias de semana e/ou finais de semanas para melhorar o acesso da população aos serviços de Atenção Primária de Saúde. Em momento algum o programa propôs um serviço de assistência em horário integral que possibilitasse o usuário decidir procurá-lo no momento que bem decidir. Sendo assim, o usuário poderá ser atendido somente nos horários de atendimento, não a qualquer momento baseado em seu desejo de ser atendido. Além de considerar a alternativa A como correta, também sustenta que o objetivo citado na alternativa D não estaria correto, pois a portaria de lançamento não previa o suporte para o enfrentamento do covid19, e que este ocorreu somente na portaria de revisão em 2020. No entanto o enunciado da questão não solicita os objetivos do programa presentes em portaria específica (não cita o número da portaria), seja na portaria de lançamento ou nas portarias de revisões, apenas cita o momento de sua criação em 2019 e solicita conhecimento sobre o programa e seus objetivos. Portanto, sem fundamentação para alteração de resposta.

QUESTÃO Nº 24

CANDIDATO: Bruno Martins de Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O candidato alega que a alternativa B está correta utilizando-se de citações da Cartilha Humaniza SUS e de artigo baseado em monografia de conclusão de curso (FARIAS, 2014). No entanto, não sustentar o seu pleito, visto que, realizou uma argumentação baseada em citação errônea, afirmando aquilo que o autor do artigo considerou como conceito de Serviço da Atenção Básica, como sendo o de Clínica Ampliada (esse erro pode ser verificado no 3º e 4º parágrafos da página 9). Ainda finalizou seu argumento com afirmações sem fonte de referência para tal: **“...o modelo de Clínica Ampliada ... permite aos profissionais a autonomia de atuar em diversos ambientes e espaços fora da unidade básica de saúde, como por exemplo, em espaços coletivos e urbanos, espaços de referência para os usuários, e no cotidiano deles”**.

De todo modo, a resposta solicitada como incorreta é a alternativa B, pois o conceito de Clínica Ampliada é voltado para a abordagem ampliada do olhar clínico para a saúde do usuário, em suas diversas dimensões. Não se trata de ampliar o atendimento para além do espaço da unidade de saúde, como induz a alternativa B, mas de ampliar as abordagens e intervenções assistenciais, dentro dos espaços de toda a unidade, desde a recepção, sala de espera, atendimento médico e de multiprofissionais. A Clínica Ampliada é descrita como um novo modo de produzir cuidado, dentro da lógica de superação do modelo predominantemente biomédico, propondo uma clínica centrada nos sujeitos reais e em suas existências concretas, considerando a doença como parte dessas existências (CAMPOS, 2007, p.56).

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Saúde Paideia. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 2007.

Sua sustentação possui erros conceituais e, portanto, indefiro o recurso.

(FARIAS, 2014) https://bdm.unb.br/bitstream/10483/10622/6/2014_%20MagnoNunesFarias.pdf

QUESTÃO Nº 29

CANDIDATO: Bruno Martins de Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A alternativa A da questão está incorreta uma vez que:

“A Teoria de Piaget afirma que as crianças passam por estágios específicos de acordo com seu intelecto e capacidade de perceber relacionamentos maduros. Esses estágios da infância ocorrem na mesma ordem em todas as crianças, em todas as culturas e origens. No entanto, a idade em que o estágio vem pode variar ligeiramente de criança para criança.”

As crianças estão limitadas em grande parte à realidade concreta e física do mundo. Na maioria dos casos, elas apresentam dificuldade para entender questões de natureza abstrata ou hipotética.

Fonte: <https://opas.org.br/desenvolvimento-infantil-o-que-e-e-as-4-fases-de-jean-piaget/>

QUESTÃO Nº 30

CANDIDATO: Bruno Martins de Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A alternativa que atende ao enunciado da questão é a letra A.

“Machado-de-Sousa et al. (2010), em um estudo de revisão da literatura, verificaram que indivíduos com fobia social processam expressões faciais de maneira distinta de voluntários controle, sendo comum a hipervigilância em direção às emoções negativas.”

“O estado de hipervigilância (atenção acentuada, contínua e hiperativa em relação ao exterior), sobretudo perante estímulos ameaçadores ou potencialmente ameaçadores, é uma verdadeira “marca” das pessoas com acentuada ansiedade social.”

“A regulação das interações interpessoais depende em grande parte da interpretação correta das expressões faciais (Darwin, 1872/2000;)) Os estudos sobre as alterações emocionais na ansiedade social têm focado predominante na precisão da avaliação que esses indivíduos fazem das expressões faciais.”

Fonte: DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 3. ed. Porto Alegre/Brasil: Artmed, 2014.

[https://www.scielo.br/j/epsic/a/b4gThS4x9RMJprSjRRRdwLB/?lang=pt#:~:text=\(2010\)%2C%20em%20um%20estudo,em%20dire%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0s%20emo%C3%A7%C3%B5es%20negativas.](https://www.scielo.br/j/epsic/a/b4gThS4x9RMJprSjRRRdwLB/?lang=pt#:~:text=(2010)%2C%20em%20um%20estudo,em%20dire%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0s%20emo%C3%A7%C3%B5es%20negativas.)

QUESTÃO Nº 33

CANDIDATO: Bruno Martins de Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A alternativa está quase toda correta, porém a direção dos nossos movimentos está basicamente voltada para a autorrealização e não autoaceitação.

Fonte: Carl Rogers: Tornar-se Pessoa – Martins Fontes (tradutor), 2009 / Abordagem Centrada na Pessoa - Consensos e Dissensos – Henrique Justos 2002.

QUESTÃO Nº 38

CANDIDATO: Bruno Martins de Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Segundo Straub (2014), em 1978, Matarazzo, estabeleceu os quatro objetivos do campo da Psicologia da Saúde. São eles: estudar de forma científica a etiologia das doenças, promover a saúde, prevenir e tratar as doenças e promover políticas de saúde pública e o aprimoramento do sistema de saúde pública. Portanto, promover a relação do indivíduo com a sociedade não se refere a Psicologia da Saúde e sim um objetivo específico da Psicologia social.

Fonte: STRAUB, R. Psicologia da Saúde: uma abordagem psicossocial. São Paulo: Artmed, 2014.

CARGO: PSICÓLOGO DA ATENÇÃO BÁSICA

QUESTÃO Nº 04

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato tem razão quando aponta “um erro na escrita” da palavra “mestre-sala”, quando deveria ser grafado “mestre-escola”, conforme consta no texto da prova. Pelos motivos expostos, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO Nº 26

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: A questão não possui alternativa que atende ao enunciado. Os fundamentos da Psicologia foram estabelecidos por Wilhelm Wundt na Alemanha em 1879, com o objetivo de analisar os elementos formadores da mente. Ele desenvolveu uma perspectiva que ficou conhecida com estruturalismo, mas ao longo do tempo os psicólogos questionaram essa abordagem de Wundt o que contribuiu para o surgimento de outras abordagens como o funcionalismo e a Psicologia da Gestalt.

“Em 1879, Wilhen Wundt instalou o primeiro laboratório de psicologia. Ele considerava a psicologia como sendo o estudo da experiência consciente, e desenvolveu uma perspectiva que chegou a ficar conhecida como estruturalismo. O estruturalismo focalizava os elementos fundamentais que constituem a base da percepção da consciência, do pensamento das emoções e de outros tipos de estados e atividades mentais.” (p.14) – Redigitação na íntegra

“Ao longo do tempo os psicólogos questionaram o estruturalismo de Wundt. A principal abordagem que surgiu para substituir o estruturalismo a medida que a psicologia evoluiu ficou conhecida como funcionalismo. Outra reação importante ao estruturalismo foi o desenvolvimento da psicologia da gestalt na década de 1990. (p.15) Redigitação na íntegra

FONTE: Feldman, Robert S. Introdução à Psicologia – 6ed. – São Paulo: Mc Graw-Hill, 2007.

QUESTÃO Nº 34

CANDIDATO: Raissa Colen Moreno

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A referência no enunciado da questão, não exclui a possibilidade de resposta. Conforme informada pela candidata as referências são sugestões e não critérios obrigatórios. A questão estava dentro do tema “Conhecimentos técnicos profissionais inerentes à Psicologia no contexto da saúde” conforme proposto e solicitado para realização da questão.

QUESTÃO Nº 35

CANDIDATO: Matheus Augusto Pimenta de Oliveira Vitório; Raissa Colen Moreno

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O erro de digitação, não altera o sentido nem a impossibilidade de resolução da questão. A referência no enunciado da questão não exclui a possibilidade de resposta. Conforme informada pela candidata as referências são sugestões e não critérios obrigatórios. A questão estava dentro do tema “Psicologia Social e Comunitária: a família brasileira; a importância dos vínculos familiares; a família substituta: guarda, tutela e adoção” conforme proposto e solicitado para realização da questão.

CARGO: PSICÓLOGO EDUCACIONAL

QUESTÃO Nº 07

CANDIDATO: Luiza Carvalho Melo Siqueira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA:

O enunciado da questão solicita a análise de duas asserções e a relação proposta entre elas, considerando-se a seguinte passagem do texto: "Na vida, o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças obriga a gente a calar os trapos velhos...". Constata-se que ambas estão corretas, segundo se demonstra. A primeira declara: "Para alguns gramáticos, o sujeito composto e da 3ª pessoa, sendo anteposto ao verbo, leva geralmente este para o plural". Assim, de acordo com a norma-culta, o certo é grafar "obrigam". Segundo a gramática normativa, esta é a regra. Todavia, a segunda asserção também está correta: "para outros gramáticos, é lícito, mas não obrigatório, deixar o verbo no singular. Cegalla (2010, p. 450) confirma esse postulado e assim se posiciona a respeito: "O sujeito, sendo composto e anteposto ao verbo, leva geralmente este para o plural: 'Vida, graça, novidade escorriam-lhe da alma como de uma fonte perene.' [...] É lícito (mas não obrigatório) deixar o verbo no singular quando os núcleos do sujeito formam sequência gradativa", como é o caso de "olhar, contraste, luta". Diante do exposto, o recurso está indeferido.

Referência: CEGALLA, D. Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 2010, p. 450.

QUESTÃO Nº 18

CANDIDATO: Luiza Carvalho Melo Siqueira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata se insurgente contra a questão 18 por supostamente ter um erro em relação ao previsto na CR/88. Não assiste razão a candidata. Os lagos e rios são bens da União desde que estejam em território federal ou banhem mais de um estado. Desse modo se for um lago ou rio restrito a um estado da federação não se incluirá entre os bens da União. Assim não são quaisquer águas fluviais ou lacustres que são bens da União, estando plenamente de acordo com a constituição a questão e o gabarito designado como correto. Dito isto, indefere-se o presente recurso.

QUESTÃO Nº 21

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O candidato se insurge contra a questão 21 e solicita anulação da questão. Assiste razão ao candidato. A ausência da palavra até torna a alternativa A também incorreta. Dito isto, defere-se o presente recurso para anulação da questão.

QUESTÃO Nº 22

CANDIDATO: Luiza Carvalho Melo Siqueira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata se insurge contra a questão 22 e solicita alteração do gabarito para a alternativa A. Não assiste razão a candidata. A questão cobra o conhecimento do entendimento da exceção a súmula vinculante nº 13 do STF. Para cargos de primeiro escalão, como de secretário municipal, não se aplica a vedação da nomeação de parentes. Dessa forma o irmão pode ser secretário e a mãe não pode ser nomeada, tendo em vista não se tratar de cargo de primeiro escalão. Dito isto, indefere-se o presente recurso.

QUESTÃO Nº 30

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: Há divergências entre os autores. De acordo com Papalia e Feldman, são estágios do Desenvolvimento Moral de Jean Piaget:

1º estágio – Obediência rígida à autoridade: As crianças pequenas por serem egocêntricas não conseguem imaginar mais de uma forma de examinar uma questão moral. Para elas, as regras não podem ser mudadas, sendo o comportamento ou certo ou errado. Entendem que qualquer transgressão merece punição, independente da intenção.

2º estágio – Crescente Flexibilidade: Com a inserção no mundo social, onde a interação com outras pessoas se torna mais frequente, ampliando a variedade de informações, as crianças começam a entender que não existe um padrão único de certo e errado. Assim, desenvolvem seu próprio senso de justiça baseado no tratamento igual para todos.

3º estágio – Ideal de equidade, cooperativismo: Nesse estágio as crianças e adolescentes levam em consideração as circunstâncias específicas das situações. Assim, o foco passa a ser no que aconteceu e nas intenções do autor. Com esse estudo da moralidade, visto como a capacidade de decidir entre o que é certo e o que é errado, Piaget concluiu que o raciocínio moral das crianças tende a progredir de forma ampla no decorrer dos anos. Portanto, o segundo estágio já não possui uma rigidez absoluta. PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D.; MARTORELL, G. Desenvolvimento humano. Tradução: Carla Filomena Marques Pinto Vercesi et al. Revisão técnica Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva et al. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. Recurso eletrônico

QUESTÃO Nº 37

CANDIDATO: Luiza Carvalho Melo Siqueira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: De acordo a PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011, Artigo 7º, § 4º, item IV, o "CAPS AD: atende pessoas de todas as faixas etárias, que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente do uso de crack, álcool e outras drogas. Indicado para Municípios ou regiões de saúde com população acima de setenta mil habitantes."

CARGO: SUPERVISOR ESCOLAR

QUESTÃO Nº 08

CANDIDATO: Lyvia Salles Andrade

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: No trecho "...antes mesmo de topar com o bandeiroso Escobar, alheio de tudo.", "bandeiroso" é um neologismo, palavra inventada pelo autor e não se encontra, portanto, dicionarizada". É preciso entender que o neologismo, além de ser uma palavra recém-criada, caracterizando uma nova lexia, é, também, aquele vocábulo já existente na língua, mas que passa a ter um novo significado no contexto em que assim passa a ser usado. O adjetivo "bandeiroso" aparece citado em alguns dicionários como um termo gírio, empregado no sentido de "1 dar bandeira, que revela, inadvertidamente, o que deveria ficar oculto. 2 Que chama a atenção por ser escandaloso" (BECHARA, 2011). Ocorre que no referido trecho da questão ele surge com novo significado e qualifica o indivíduo alienado, desatento, distraído, "alheio a tudo", como o personagem Escobar. Essa nova "roupagem" conferida à palavra "bandeiroso" faz dela um neologismo. Diante do exposto, o recurso está indeferido.

Referência: BECHARA, Evanildo. **Dicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

QUESTÃO Nº 23

CANDIDATO: Lyvia Salles Andrade

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata questiona que foi considerada correta a afirmativa: A discussão da inclusão no âmbito escolar inclui o desvelamento de todos os aspectos de exclusão existentes nas instituições escolares e no contexto social. Envolve uma revisão de posturas, valores, conhecimentos sobre as relações de poder e dominação; os aspectos referentes ao multiculturalismo; as diferenças de gênero, raça, etnia, classe, religiosidade e a equiparação de oportunidades. Ela alega que: "como podemos ver não é citado no documento relações de poder e dominação e diferença de classe" e "não foi encontrado nenhum documento oficial que trate da **educação inclusiva com característica citada na acertiva considerada correta (relação de poder e dominação)**".

O recurso não procede, uma vez que a questão foi retirada do **documento oficial denominado Currículo Referência de Minas Gerais** no item 2.11.1 (página73) Educação Inclusiva: Um olhar sobre as possibilidades (Páginas 76 e 77).

O trecho questionado pela candidata **não apresenta a relação de poder e dominação como característica da educação inclusiva**. O que a afirmativa quer dizer é que discutir a educação inclusiva **envolve uma revisão de postura, de valores e de conhecimentos sobre as relações de poder e dominação**.

QUESTÃO Nº 28

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: A questão apresenta duas alternativas de respostas corretas.

QUESTÃO Nº 30 (ESPECÍFICOS)

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: Não há alternativa que atende a sequência correta.